O homem, o tempo e o espaço em terras de reforma agrária

Editora técnica
Marina de Fátima Vilela

O HOMEM, O TEMPO E O ESPAÇO EM TERRAS DE REFORMA AGRÁRIA

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Cerrados
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O HOMEM, O TEMPO E O ESPAÇO EM TERRAS DE REFORMA AGRÁRIA

Editora Técnica
Marina de Fátima Vilela

Planaltina-DF
2007

AUTORES

Marina de Fátima Vilela
Eng. Florest., D.Sc., Embrapa Cerrados
marina@cpac.embrapa.br

Vicente Paulo Soares
Eng. Florest., Ph.D., Prof. Adj., Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Engenharia Florestal, Campus Universitário – UFV,
Viçosa-MG, CEP 35571-000.
vicente@ufv.br

Daniel Ioshiteru Kinpara
Eng. Agrôn., M.Sc., Embrapa Cerrados.
kinpara@cpac.embrapa.br

France Maria Gontijo Coelho
Historiadora, D.Sc., Prof. Adj., Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Rural, Campus Universitário – UFV,
Viçosa-MG, CEP 35571-000.
fmcoelho@mail.ufv.br

Ricardo de Araujo Pereira
Eng. Agrôn., D.Sc., Chefe da Divisão Técnica - SR-28/INCRA
SIG Quadra 4 lote 417 - SR-28 DFE. DF
ricardo.pereira@bsa.incra.gov.br

DEDICATÓRIA

À Lara e a todos aqueles por quem
dobram os sinos e a alma.

AGRADECIMENTO

À Universidade Federal de Viçosa e ao INCRA por permitirem a realização do trabalho, à CAPES, ao CNPq e à FAPEMIG pelo apoio financeiro.
Aos assentados que dividiram comigo a mesa e os sonhos.

Marina de Fátima Vilela

PREFÁCIO

Entender o ser humano como o principal ator da reforma agrária e crer em tal reforma em benefício do homem, aliando comida na mesa com trabalho e dignidade, foram os princípios que nortearam este livro.

O movimento que culminou na ocupação da fazenda Quebra Anzol, em 1997, foi precedido de uma ação mediadora do Sindicato de Trabalhadores Rurais ligado à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) em 1993. Na mesma época, iniciava-se um longo processo de espera pela legalização do projeto de assentamento e parcelamento da área.

Os trabalhos, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV), foram realizados na fazenda Quebra Anzol, hoje, Projeto de Assentamento Quebra Anzol, localizado no Município de Serra do Salitre, MG.

Segundo o plano preliminar do Projeto de Assentamento Quebra Azul, realizado pelo INCRA, a capacidade de assentamento era de 37 famílias, em uma área de 1.183,7069 hectares. No entanto, ações impetradas pelo proprietário contra o INCRA redundaram na perda de 116 hectares. A área total do Quebra Anzol foi diminuída, mas as 37 famílias permaneceram cadastradas, o que causou alguns conflitos internos.

Outro fato que colaborou para a geração de conflitos refere-se ao surgimento de dois grupos dentro do movimento: um, composto de famílias que se

propuseram a viver dentro da área; e o outro, de famílias que viviam nas cidades próximas. O primeiro grupo pleiteava a necessidade de todos estarem morando no assentamento, sujeitos às mesmas dificuldades e pressionando o governo a agir com rapidez; o segundo se defendia com a alegação de que não lhes foi dado o direito de escolha de área.

A possibilidade de exclusão ante a diminuição da área e o surgimento dos grupos interno e externo, agravados pela demora do processo de parcelamento, compuseram o momento delicado em que a pesquisa foi realizada.

As questões socioeconômicas e culturais dos assentados tratadas aqui subsidiaram, posteriormente, a elaboração de um anteprojeto de parcelamento participativo.

A elaboração do anteprojeto de parcelamento, em comum acordo com os assentados, pôs fim a uma espera de oito anos de luta pela posse da terra. Para os realizadores do trabalho, vê-lo implantado foi uma satisfação em perceber que ultrapassaram-se, definitivamente, os limites teóricos. Além disso, como pesquisa-intervenção, representa a possibilidade de extensão universitária comprometida com processos de transformação social dos excluídos. Essa experiência ultrapassa a estreita concepção universitária que divide suas atividades em pesquisa-ensino-extensão e que, ao mesmo tempo, desqualifica a última como forma esdrúxula e não sistemática da ação.

SUMÁRIO

Capítulo 1

Reforma Agrária: uma questão política historicamente contextualizada 17

Introdução 17

O Que as Experiências Mundiais Ensinam 18

O Processo de Luta pela Terra no Brasil 22

Referências Bibliográficas 27

Capítulo 2

Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento 31

Introdução 31

A Pobreza no Campo 32

Caracterização da Agricultura Familiar 33

Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento 36

Considerações Finais 37

Referências Bibliográficas 38

Capítulo 3

Espaço, Território e Fronteira: o significado e a interpretação dos mapas 43

Introdução 43

Espaço, Território e Fronteira 44

Mapeando o Espaço 46

Mapeando o Território 51

Considerações Finais 54

Referências Bibliográficas 55

Capítulo 4

Um Exemplo Metodológico de Caracterização Socioeconômica e Cultural em Projeto de Assentamento 59

Introdução 59

Perfil Socioeconômico e Cultural dos Assentados do Projeto de Assentamento Quebra Anzol 62

Considerações Finais 71

Referências Bibliográficas 71

Capítulo 5

História e Registros da Memória dos Moradores do Assentamento 75

Introdução 75

A Esperança de um Pedaço de Chão 76

Os conflitos Internos, Razões Externas e o Consenso 84

Impasses da Pesquisa 90

Nos Filhos Destes... Pulsam Esperanças e Guardam-se Memórias 93

Referências Bibliográficas 97

Capítulo 1

Reforma Agrária: uma questão política historicamente contextualizada

Marina de Fátima Vilela
France Maria Gontijo Coelho
Daniel Ioshiteru kinpara
Ricardo de Araujo Pereira
Vicente Paulo Soares

Reforma Agrária: uma questão política historicamente contextualizada

Introdução

A expressão reforma agrária é empregada por diversos autores e citada em discursos representando idéias e propostas diferenciadas.

O conceito de reforma agrária tem variado de *"estímulo à produção agrícola como assistência técnica, crédito agrícola, garantia de preços e outras intervenções similares"* (RANIERI, 2003, p.7) a *"redistribuição de terras ampla e imediata, seguida da democratização do capital na forma de concessão de financiamento e da democratização da educação no campo"* (PEIXOTO, 2004, p.1).

Entre um conceito e outro de reforma agrária, inúmeras variantes são construídas. Um exemplo refere-se à percepção dos seringueiros da Amazônia. Para eles, não é a terra que precisa ser dividida, é a floresta que não pode ser privatizada (REGO[1], apud VENTURA, 2004, p.1).

Essas variantes, construídas conforme cada propósito, são, segundo Ranieri (2003), a razão pela qual dificilmente muitos se manifestem frontalmente contra o processo.

Os conceitos diferenciados sobre reforma agrária e as condições específicas de cada local resultam em processos distintos. A análise, no mundo, demonstra não haver casos iguais. Os processos são complexos e diretamente dependentes de circunstâncias políticas, econômicas, culturais, sociais e religiosas específicas, além da disponibilidade de recursos naturais de cada local e situação (RANIERI, 2003).

[1] José Fernando do Rego, agrônomo e professor especializado no assunto Acre, em relato sobre a percepção de Chico Mendes em relação à defesa da floresta amazônica pelos seringueiros.

O Que as Experiências Mundiais Ensinam

Os processos de reforma agrária, dependentes de circunstâncias específicas diversas, podem ser entendidos como reflexo de outros processos históricos ligados à necessidade de produção de alimentos. Estes explicitam novos direitos sociais e humanos num embate político que, na maioria das vezes, apresenta traços de violência. A reforma agrária se deu, em muitos países, como uma tentativa de viabilizar as condições para a produção, para muitos, a possibilidade de uma vida digna.

Para melhor ilustrar essa visão, utilizaram-se alguns processos que culminaram em propostas de delineamentos e conseqüências diferenciadas tanto em termos produtivos quanto socioeconômicos e políticos. Não se pretende esgotar o relato de todas as experiências, mas exemplificar com as que melhor fundamentam a reflexão, a visualização das possibilidades e a identificação de alguns problemas enfrentados.

Na Itália, a reforma agrária foi implantada objetivando solucionar os conflitos sociais e o desemprego agravados pela guerra. O processo italiano apresentou dois fatores importantes: a graduação do processo e a limitação imposta pelo tamanho da propriedade em razão da escassez de terras (GORGONI, 1987). Esses fatores, aliados à retomada do crescimento econômico, resultaram em um fluxo migratório do excedente de mão-de-obra do campo e de áreas deprimidas aos centros industriais. No entanto, a pequena propriedade familiar cresceu e produziu. Paralelamente, os grandes proprietários, temendo a desapropriação, promoveram investimento em suas propriedades aumentando, por conseguinte, a produção. A agricultura voltou-se para o mercado externo, gerando divisas, com um mercado interno igualmente importante.

Na Itália, a reforma agrária originou propriedades muito mais produtivas. Mas isto só foi possível com o apoio e incentivo do governo (GORGONI, 1987).

No Japão do pós-guerra, a reforma agrária, imposta pelo governo americano, foi implantada pelo governo japonês sob supervisão do Comando Supremo das Forças Aliadas. Sua implantação deu-se num período bastante curto, uma vez que toda a terra cultivada havia sido anteriormente cadastrada com vistas à arrecadação

de impostos (HYODO, 1987). A terra foi adquirida compulsoriamente pelo governo e distribuída aos arrendatários. Estes, por sua vez, podiam tornar-se proprietários. O aumento da renda dos agricultores de médio porte abriu o mercado para produtos transformados e promoveu a industrialização (HYODO, 1987).

O processo de industrialização do Japão, nas últimas décadas, promoveu a mudança de uma economia agrícola para uma industrial. Segundo Hyodo (1987), apesar da mudança, a agricultura assegurou suprimento estável de alimento e preservou as comunidades rurais em sua constituição, seus hábitos e costumes tradicionais.

Quando o olhar histórico percorre outros tempos e lugares, o processo revolucionário vivido por Cuba apresenta-se como destaque porque teve na reforma agrária uma de suas bases. Nesse contexto, o processo de reforma cubano foi uma decisão política baseada nos princípios da não-existência de propriedade privada. O governo implantou a reforma agrária no país e, em todas as fases, forneceu subsídios à compra de insumos, construção de infra-estrutura básica, compra da produção, assistência técnica, educação e saúde (LEON, 1987).

A reforma agrária foi assumida como política estratégica, pois a produção agrícola garantiria a continuidade da revolução, na medida em que o apoio da base popular era fundamental diante do embargo econômico sofrido depois do golpe revolucionário de 1959.

No entanto, a reforma agrária em Cuba só se sustentou quando o governo combinou o cultivo individual com a estruturação de cooperativas, a partir de 1961, quando se tornou socialista. Deve-se, porém, atentar para o fato de o governo cubano, na época, ter definido uma política de convencimento dos agricultores individuais a associarem-se em cooperativas.

Poder-se-ia dizer que a reforma agrária cubana foi rápida por ser resultado de um processo revolucionário. Entretanto, em razão das limitações de importação e com o fim dos subsídios russos, tornou-se necessária à conversão da agricultura do padrão tecnológico convencional para o orgânico. Isso permite dizer que a mudança para um modelo mais sustentável de agricultura, ainda encontra-se a caminho. (ROSSET; BENJAMIN, 1995).

Depois da revolução cubana, vários governos latino-americanos implantaram políticas de reestruturação fundiária, temendo processos revolucionários socializantes. Muitas experiências tiveram natureza e intenção paliativa, mas alteraram e provocaram impactos na estrutura fundiária, mesmo que temporariamente, por ampliação da fronteira agrícola, como no Brasil, ou distribuição das terras, como no Peru. No entanto, nenhum processo governamental na América Latina, até o momento, promoveu efetivamente grande transformação ou alteração contínua na característica latifundista do continente.

Por isso, a reforma agrária continua sendo uma exigência social em países e regiões onde o acesso à terra ainda é negado aos trabalhadores rurais (GONÇALO, 2001). A idéia de que a terra deve pertencer a quem nela trabalha, como reforça Veiga (1991), toma cada vez mais força de legitimidade no continente, paralelamente ao processo de oligopolização e monopolização de mercados globalizados.

Depois da experiência cubana, um processo revolucionário *sui generis* foi realizado pelos militares no Peru, em 1969. A questão agrária peruana está intimamente ligada à questão indígena. Essa remonta ao regime das *encomiendas* pelo qual os espanhóis distribuíam grandes extensões de terras cujo donatário tornava-se uma espécie de proprietário dos indígenas que nelas habitassem. A agudeza das relações de arrendamento nas quais os camponeses indígenas se sujeitavam aos grandes proprietários dá início, na década de 1960, a intensos movimentos de reivindicação da "posse legítima da terra" e ações como ocupações de fazendas à força.

Entretanto, a revolução militar não foi um projeto político socialista exclusivo como o de Cuba. O discurso era por uma nova ordem econômica, anticapitalista, mas também anticomunista em defesa da soberania nacional.

Com apenas 23% de área agricultável e grande concentração de terra, o Peru implantou a reforma agrária que objetivou solucionar a "alta taxa de desemprego, o êxodo rural e os conflitos sociais no campo", como diz, Llosa (1987) sem, no entanto, tocar, de fato, no latifúndio como estrutura de poder.

Nesse processo de reforma agrária peruano, instaurou-se um Tribunal Agrário que promoveu mudanças na legislação para romper com a concentração do poder

econômico e político dos grandes proprietários. Entretanto, essa legislação não saiu do papel e o poder dos *caudilhos*, os *gamonales* ou grandes proprietários rurais, permaneceu. Em 1975, retornam ao poder as forças de conservação que encontram o país quase na mesma situação e iniciam um lento retrocesso nas mudanças políticas. Curiosamente, como afirma Llosa (1987), ocorreu melhor distribuição de renda que resultou na ampliação do mercado interno. Daí poder-se dizer que esse processo promoveu a modernização econômica na seara capitalista, mantendo relações de dominação sem concluir com o acesso irrestrito à terra reivindicado pelos indígenas e camponeses.

Do outro lado do globo, países que viveram também o processo de colonização europeu, como as Filipinas, apresentaram dificuldades históricas que remontam ao processo de colonização, principalmente, por causa da doação de terras pelo colonizador que resultou em grandes propriedades.

Durante a revolução filipina na década de 1970, as terras foram tomadas pelo Estado e, posteriormente, indenizadas e redistribuídas sem muito critério, apenas seguindo uma estratégia política, o que deu início a um novo processo de concentração (MANGAHAS, 1987). A reforma agrária filipina foi marcada pela falta de subsídios e incentivos por parte do Estado. Tais carências, aliadas a uma situação política instável, culminaram na paralisação do processo (MANGAHAS, 1987).

Pode-se dizer que a reforma agrária é um fenômeno mundial no qual o apoio e o incentivo financeiro e político do Estado e a radicalidade "distributiva" desse processo são decisivos para o sucesso da reforma (VEIGA, 1991).

Um fator decisivo aos processos de reforma agrária é a participação dos camponeses, agricultores, indígenas ou trabalhadores, pois permite traçar perspectivas e aprazar compromissos. O envolvimento desses agentes é que lhes garante retornos mais satisfatórios e condizentes com suas possibilidades culturais, cognitivas, políticas e sociais que, por sua vez, contribuem ou limitam expectativas de produção econômica.

Diante disso, destaca-se a necessidade de pesquisas com novas metodologias com diagnósticos e planejamentos participativos que viabilizem a implementação de políticas de reestruturação agrária e produção de alimentos para

garantir condições de vida digna e direitos mínimos para a maioria da população. Para tanto, despontam como indispensáveis a capacitação e a reciclagem dos técnicos, ou mesmo, a ampliação dos quadros, o que significa sua renovação.

A reforma dos sonhos, nesse propósito metodológico, necessariamente modifica o padrão técnico-produtivo existente, ao mesmo tempo em que constrói o espaço educativo para a prática da cidadania entre membros de grupos que têm sido excluídos desses direitos e dessas práticas de sociabilidade. A reforma agrária é uma ação política e cultural que, sem o envolvimento dos beneficiários e sem a direção dada por políticas públicas tende a desorganizar o abastecimento e a acirrar insatisfações sociais ou coletivas, locais ou com amplitude nacional.

A reforma agrária, pode-se ainda dizer, é um processo educativo, que afeta não só os diretamente envolvidos, mas toda a sociedade. Seu desenrolar e sua efetividade estão diretamente ligados à maturidade política dos agentes de movimentos sociais. Estes pressionam por seus interesses, por clareza das medidas de implementação do Estado que devem corresponder às possibilidades, sejam elas objetivas ou subjetivas, econômicas ou socioculturais. As potencialidades do processo distributivo de qualquer reforma agrária refletem os contextos histórico e ambiental, com os aspectos econômicos, político e social que dependem de cultura política, saberes e poderes de argumentação, de convencimento e mesmo de força.

O Processo de Luta pela Terra no Brasil

No Brasil, desde as capitanias hereditárias, a Coroa portuguesa lançou mão de um instituto jurídico tradicional na metrópole, ou seja, a dotação de sesmarias. Esse instituto visava garantir o povoamento e a exploração do território e sua efetiva ocupação, já que estados nacionais europeus, como a França, não reconheciam os tratados de partilha do mundo entre Portugal e Espanha e, continuamente, faziam incursões em vários pontos da costa brasileira (JONES, 1997).

Dessa forma, o Brasil foi dividido em 15 quinhões, entregues aos capitães-donatários, possuidores, mas não proprietários da terra. Apesar de não poderem vender ou dividir a capitania e criar outras autoridades, os donatários tinham amplos poderes na esfera econômica e na administrativa.

Entre os poderes, estava a doação de sesmarias, porções de terras virgens concedidas a um sesmeiro com a obrigação de cultivá-la em um prazo determinado e de pagar tributo à Coroa. A distribuição de sesmarias possibilitou a formação de vastos latifúndios com limites imprecisos. Com o fracasso da maioria das capitanias hereditárias, a Coroa portuguesa foi, ao longo dos anos, retomando essas terras e, em 1754, completa-se a passagem das capitanias do domínio privado para o público (FAUSTO, 2002).

O regime de distribuição de terras por meio das cartas de sesmarias deixa de existir em 1822 e, entre 1822 e 1850, nenhuma lei regulou o acesso à terra, crescendo assim o número de posseiros.

A luta pelo direito à terra no Brasil é antiga quando se reconhece certa continuidade em diversos processos de luta social cuja causa motivadora pode ser entendida como sendo a rígida estrutura na qual perpetuam o latifúndio e o poder dos senhores das terras.

Assim, no período colonial, os índios protagonizaram movimentos defendendo o território invadido pelos bandeirantes e colonizadores. Os negros, escravos do latifúndio, buscavam a liberdade organizando-se em quilombos, áreas livres do jugo de seus senhores.

No período imperial, o problema da terra, juntamente com a escravidão, sempre voltava à baila nos discursos proferidos por alguns membros de uma nobreza agrária nos Institutos Imperiais de Agricultura. O próprio José Bonifácio já dizia, em 1823, da necessidade de uma reforma agrária na jovem nação e chegou a anunciar que haveria de se pensar em formas de substituição do trabalho escravo que tanto "desvio moral" provocava entre o povo do País (COELHO, 1999).

Com a proibição do tráfico de escravos em 1850, a agricultura comercial dos latifúndios deparou-se com o problema do fornecimento da mão-de-obra. Iniciou-se o incentivo governamental à imigração como força de trabalho nas grandes fazendas, principalmente, na cafeicultura do Sudeste. Naquele ano, surgiu a Lei de Terras que previa as condições de acesso à terra somente para aqueles que as adquirissem por meio da compra em "hasta pública". Isto evitou o livre acesso à terra por parte dos futuros imigrantes ou dos futuros escravos libertos. Assim, os

grandes fazendeiros promoveram a substituição da mão-de-obra escrava ao mesmo tempo em que definiram uma forma de controle da terra, o que garantia a não-conversão dos imigrantes em proprietários (FAUSTO, 2002).

Durante a República, Canudos foi o movimento mais expressivo de luta pelo território, mas essa observação não significou que seus agentes definiam o latifúndio como foco de combate.

Nas décadas de 1930 e 1940, houve violentos confrontos com posseiros, em todo o País, na defesa de seu território (GONÇALO, 2001). A partir de meados dos anos quarenta até 1964, houve, no Nordeste canavieiro, organização das Ligas Camponesas que, agindo como classe social distinta e consciente do foco em oposição, reivindicava melhores salários, condições de trabalho e indenizações pelas benfeitorias e lavouras estabelecidas nos processos de despejo dos agricultores (GONÇALO, 2001).

Entretanto, esse processo foi abortado junto com outros movimentos políticos que ocorriam no País desde então. Em resposta à luta do povo, mas também como uma exigência dos grandes proprietários em proteger seus interesses, o governo militar promulgou em 30/11/1964 a Lei 4.504, denominada de Estatuto da Terra (FERNANDES, 1997) que não visava à distribuição das terras.

A proteção dos interesses dos grandes proprietários torna-se bastante evidente quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado para implementar o Estatuto da Terra. As questões do campo passaram a ser tratadas como técnica e administrativa de condução e alocação de pessoal pelo território por intermédio da colonização, abandonando a idéia de uma reforma agrária de natureza eminentemente distributiva. De acordo com Gonçalo (2001), as políticas decorrentes promoveram, além de aspectos sociais e ambientais negativos, a concentração da terra, da produção, do capital e a despolitização dos conflitos agrários.

As lutas sociais no campo tornaram-se políticas, uma vez que questionavam o direito de propriedade que é a base de sustentação do modo de produção capitalista (GONÇALO, 2001). Esse questionamento é que viabiliza a expectativa de reconfiguração da estrutura espacial, o que, por sua vez, traz conseqüências

socioeconômicas, políticas e ambientais de dimensão assustadora aos grupos sociais mais conservadores ou às classes privilegiadas.

O Estado, com o golpe militar, interveio decisivamente com a finalidade de esvaziar esse conteúdo político da luta pela terra, adotando um discurso desenvolvimentista em oposição às mudanças estruturais pretendidas pela sociedade organizada da época.

O governo militar, por meio de projetos de colonização e de grandes incentivos financeiros, prometia solucionar os conflitos sociais no campo, modernizar a agricultura, elevar a produção aumentando e diversificando a exportação e, por conseguinte, resolver o problema da dívida externa, como esclareceram Fernandes (1997) e Gonçalo (2001). De fato, com a ampliação da fronteira agrícola e a incorporação de terras novas modificou-se o espaço agrário brasileiro, mas não se alterou o padrão latifundiário estrutural.

A política adotada trouxe, ainda, o avanço do capital estrangeiro no campo, expropriação do camponês, exploração do trabalho assalariado, subordinação das pequenas unidades familiares ao capital e êxodo rural (FERNANDES, 1997; GONÇALO, 2001). A expectativa anunciada não se efetivou: não se resolveu o problema da dívida externa e ainda promoveu-se uma crise na produção de alimentos para o mercado interno (FERNANDES, 1997).

Segundo dados do IBGE, apud Gonçalo (2001), 35% das terras brasileiras concentram-se nas mãos de apenas 0,9% dos proprietários. Isso demonstra que a concentração fundiária no País tem resistido e aumentado com o passar do tempo e, paralelamente a esse fenômeno, 30 milhões de brasileiros foram expulsos do campo no período de 1970 a 1990.

Com a abertura política da década de 1970, o debate sobre a reforma agrária foi retomado e ocupações de terras foram realizadas em 1979 e 1980. Os sem-terra iniciaram um movimento conhecido internacionalmente e considerado, por alguns setores da imprensa, um fenômeno (GLASS et al., 2000). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) é apontado como o mais expressivo agente mediador da organização dos movimentos de luta pela terra, mas não o único, podendo citar a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, entre vários outros.

Nenhum país rico ou em desenvolvimento apresenta uma concentração de terras como a do Brasil (GONÇALO, 2001). Observando os dados contidos na Tabela 1, nota-se a evolução da concentração de terras no Brasil no período de 1920 a 1995.

Segundo Gonçalo (2001, p.89), a organização do MST *"vê na reforma agrária um processo amplo e intenso de reestruturação da propriedade da terra, com objetivos de distribuição de renda"*, idéias comungadas por setores da Igreja Católica, alguns partidos políticos e grande parte da sociedade civil. Até 2002, o governo tratou a reforma agrária como uma política social para amenizar os conflitos e atender a população pobre do campo que luta pela terra e não como uma política de desenvolvimento econômico e muito menos redistributiva (GONÇALO, 2001).

Pode-se dizer que a reforma agrária no Brasil, mesmo que parcial, só tornou-se possível em função da pressão e conquistas dos movimentos sociais e não por decisão, incentivo ou vontade política governamental.

Tabela 1. Estrutura fundiária no Brasil no período de 1920 a 1995.

Ano	Estrato de área em hectare					
	0 - 100		101 - 1000		Acima de 1000	
	Unidades %	Área total %	Unidades %	Área total %	Unidades %	Área total %
1920 [1]	72,00	9,00	24,00	28,00	4,00	63,00
1940 [1]	86,00	18,00	13,00	34,00	1,00	48,00
1950 [1]	85,00	17,00	13,00	32,00	2,00	51,00
1960 [1]	89,00	21,00	10,00	34,00	1,00	44,00
1967 [2]	87,40	18,70	11,30	32,40	1,40	48,70
1978 [2]	84,20	14,80	14,00	28,20	1,80	57,00
1980 [3]	89,42	20,15	9,45	34,75	0,92	45,13
1984 [2]	83,20	14,00	14,80	27,70	2,00	58,30
1985 [3]	90,06	21,22	8,92	35,04	0,87	43,74
1995 [3]	60,79	19,96	9,67	34,93	1,02	45,20

Fonte: [1]Guanziroli e Bohadana (1984);
[2]Fernandes (1997);
[3]Brasil (2003).

Espera-se a instalação da nova política nacional que ressalte não só a necessidade de medidas efetivas que viabilizem o acesso à terra, mas o direito à assistência técnica adequada, ao trabalho que não degrade a saúde humana e que conserve as condições do ambiente e das famílias que trabalham no campo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento. **Concentração agrária, por grupos de área total, em percentual - Brasil - 1980, 1985 e 1995**. Disponível em:<http://200.252.165.21/spa/indice02.htm>. Acesso em: 25 nov. 2003.

COELHO, F. M. G. **A construção das profissões agrárias**. 1999. 329 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. 664 p.

FERNANDES, O. **A questão agrária no Brasil**. Belo Horizonte: SINPRO, 1997. 72 p.

GLASS, V.; AMARAL, M.; SEVERIANO, M.; ARBEX JUNIOR, J.; MODESTO, L. S.; ALMEIDA, S. P.; NABUCO, W.; CARVALHO, M.; SOUZA, S. Terra de todos. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 39, p. 31, jun. 2000. Entrevista.

GONÇALO, J. E. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Plano, 2001. 135 p.

GORGONI, M. A experiência da reforma agrária na Itália. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE EXPERIÊNCIAS DE REFORMA AGRÁRIA, 1., 1987, Brasília. **Anais...** Brasília: MIRAD, 1987. p. 14-34.

GUANZIROLI, C. E.; BOHADANA, E. Alguns dados sobre o solo agrário no Brasil. In: IBASE. **Os donos da terra e a luta pela reforma agrária**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1984. p. 73-89.

HYODO, S. A experiência da reforma agrária no Japão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE EXPERIÊNCIAS DE REFORMA AGRÁRIA, 1., 1987, Brasília. **Anais...** Brasília: MIRAD, 1987. p. 129-138.

JONES, A. S. **A política fundiária do regime militar**: legitimação privilegiada e grilagem especializada (do Instituto de Sesmaria ao Estatuto da Terra). 1997. 414 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

LEON, J. J. A experiência da reforma agrária em Cuba. In: SEMINÁRIO

INTERNACIONAL SOBRE EXPERIÊNCIAS DE REFORMA AGRÁRIA, 1., 1987, Brasília. **Anais...** Brasília: MIRAD, 1987. p. 47-63.

LLOSA, J. A experiência da reforma agrária no Peru. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE EXPERIÊNCIAS DE REFORMA AGRÁRIA, 1., 1987, Brasília. **Anais...** Brasília: MIRAD, 1987. p. 64-94.

MANGAHAS, M. A experiência da reforma agrária nas Filipinas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE EXPERIÊNCIAS DE REFORMA AGRÁRIA, 1., 1987, Brasília. **Anais...** Brasília: MIRAD, 1987. p. 95-111.

PEIXOTO, O. M. **MST, mídia e inclusão social:** estratégias de luta pela reconstrução da hegemonia na sociedade brasileira. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/alaic/material%20congresso%202002/congBolivia2002/trabalhos%20completos%20Bolivia%202002/GT%20%203%20%20eduardo%20meditsch/Ovidio%20Mota%20Peixoto.rtf>. Acesso em: 16 jan. 2004.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK. G. **A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. p. 5-38.

ROSSET, P.; BENJAMIN, M. **A revolução está ficando verde.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995. 110 p.

STÉDILE, J. P. Terra de todos. **Caros Amigos**, São Paulo, v. 39, p. 31-37, jun. 2000. Entrevista.

VENTURA, Z. **Zuenir Ventura apresenta um novo Acre**. Disponível em: <http://www.ccinfo.com.br/index.html?008_artigos/zuenirventuraapresentaumnovoacre.html&baixo>. Acesso em: 16 jan. 2004.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: EDUSP: Hucitec, 1991. 219 p.

Capítulo 2

Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento

Marina de Fátima Vilela
Daniel Ioshiteru kinpara
France Maria Gontijo Coelho
Vicente Paulo Soares
Ricardo de Araujo Pereira

Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento

Introdução

Segundo o relatório do Projeto BRA/036 (FAO, 1995), a agricultura familiar pode constituir uma alternativa à solução dos problemas de desigualdade no campo, além de estratégia de desenvolvimento rural, com vantagens para a sociedade.

O Relatório Nacional Brasileiro, apresentado em reunião da Cúpula Mundial da Alimentação, em 2002, ressalta a importância da agricultura familiar e do acesso à terra no processo de desenvolvimento sustentável informando:

> *Promover a inserção dos produtos dos agricultores familiares e assentados no mercado, de forma estável e efetiva, contribui para o desenvolvimento rural integrado e sustentável, revalorizando a vida rural em todos os seus aspectos. Por sua vez, a adoção de mecanismos de gestão pública do abastecimento popular dirigido ao público carente conduz à melhoria do estado alimentar, do exercício da cidadania e da qualidade de vida da população.* (CÚPULA..., 2003, p.8).

Com base nessa perspectiva, será analisada essa estratégia como proposta de desenvolvimento para assentamentos de reforma agrária. Antes, porém, é preciso compreender a origem da pobreza no campo, definir o que se entende por agricultura familiar e apresentar os possíveis benefícios advindos dessa estratégia.

A Pobreza no Campo

A modernização da agricultura, que promoveu o aumento da produtividade, apresentou efeitos sociais como: a concentração da renda rural e o aumento das desigualdades e da exclusão no campo. A rápida e violenta transformação no campo fez com que o País, em quatro décadas, invertesse a concentração da população das áreas rurais para as áreas urbanas (GONÇALO, 2001).

O êxodo rural ocorrido nas Regiões Sul e Nordeste foi estimulado pelas possibilidades de acesso a empregos urbanos, criados pelos setores industrial e de serviços em expansão que, na década de 1970, representou 13,2 milhões de novos postos de trabalho (SCHNEIDER; FIALHO, 2000).

Nos últimos anos, em decorrência do aumento da população economicamente ativa (PEA) e da queda no setor industrial e de construção civil, o mercado de trabalho urbano deixou de ser alternativa de inserção social aos pobres do campo, entre os quais somam-se mais de 4,5 milhões de famílias de trabalhadores rurais que não possuem terra (ARQUIDIOCESE..., 2003) e vivem em estado de pobreza extrema.

Embora dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrem que, na década de 1990, houve diminuição do êxodo e pequeno crescimento da população rural em algumas regiões (DEL GROSSI et al., 2003), o êxodo rural, nas últimas quatro décadas, estendeu a desigualdade e a pobreza existente no campo para a cidade. Isso agravou os problemas de ordem social, econômica, sanitária-epidemiológica e ambiental os quais se traduzem na falta de infra-estrutura, deficiência no atendimento à saúde e à educação, desemprego e aumento da violência e mendicância no espaço urbano. Nesse sentido, a pobreza no campo vem se tornando uma preocupação social, alcançando legitimidade política (SCHNEIDER; FIALHO, 2000).

Embora o reconhecimento da legitimidade política seja fundamental, o quadro que se apresenta *"não permite alimentar perspectivas alentadoras e favoráveis à diminuição da pobreza e da exclusão social no meio rural"* (SCHNEIDER; FIALHO, 2000, p. 125), o qual deverá ocorrer somente quando houver mudança da estrutura social e econômica que as produziu.

Caracterização da Agricultura Familiar

O conceito de agricultura familiar apresenta diversas variantes. O conceito adotado ao longo do trabalho é o mesmo empregado por Rocha (2003, p. 141) que define agricultura familiar como um

> *modelo de agricultura voltado aos produtores rurais que exploram uma parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou ocupante, atendendo simultaneamente os requisitos: a) que o trabalho seja direto e pessoal do produtor e sua família, sem concurso de emprego permanente, sendo permitida a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir; b) que não tenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor. No caso do produtor familiar, cuja propriedade não atingir um módulo fiscal, a exigência de renda originária da exploração será de 40%, no mínimo; c) que 80% da renda familiar do produtor seja originária da exploração agropecuária e/ou extrativa; d) que o produtor resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.*

Sobre a pobreza no campo e a agricultura familiar, o Relatório Nacional Brasileiro, apresentado na reunião da Cúpula Mundial da Alimentação, em 2002, informa:

> *A pobreza é fruto de um processo de exclusão social que está diretamente relacionado com a falta de oportunidades econômicas e de autonomia; falta de acesso aos recursos econômicos, incluindo o crédito, a propriedade da terra e o direito à herança; falta de acesso à educação e aos serviços de apoio; e à mínima participação no processo de tomada de decisões.* (CÚPULA..., 2003, p.9).

Sobre os principais indicadores socioeconômicos das famílias nos projetos de assentamentos de reforma agrária, o Projeto BRA 87/022 (FAO, 1992) informa que as famílias assentadas superam amplamente a renda de um salário mínimo mensal, estabelecido como limite da linha de pobreza. Muitos dos dados foram questionados por alguns autores, mas ainda são a referência que se tem sobre as condições nos assentamentos em 1992 quando esse relatório foi publicado.

A renda média familiar dos assentados, além de superar o limite de um salário mínimo mensal, atingia valores semelhantes ao da renda média nacional das famílias (Tabela 1). Deve-se ressaltar, no entanto, que a média nacional das famílias inclui rendas urbanas superiores às rurais, com as famílias de classe média e alta.

Tabela 1. Comparação da renda média familiar dos assentados com a renda média nacional das famílias, em salários-mínimos mensais.

Região	Renda média familiar nacional (*)	Renda média familiar dos assentados
Norte	——	4,18
Centro-Oeste	3,98	3,85
Nordeste	2,33	2,33
Sudeste	4,69	4,13
Sul	3,77	5,62
Brasil	3,82	3,70

(*) Inclui as classes baixa, média e alta das zonas rural e urbana.
Fonte: FAO (1992).

No assentamento Fruta D´Anta em Minas Gerais, a renda média familiar chega a R$ 720,00 mensais (BARBOSA, 2003). Assentamentos bem-sucedidos do interior paulista apresentam renda média familiar que pode variar de R$ 450,00 a R$ 1300,00 mensais (RENATO, 2003). Apesar dos bons números apresentados, deve-se informar que, nos assentamentos mais pobres localizados no Nordeste, particularmente, no Ceará, a renda média familiar não chega a um salário mínimo. Em tais assentamentos, a estratégia de sobrevivência tem-se baseado na combinação de diversas fontes de renda (BARROS; MAYORGA, 2003).

O convênio FAO/INCRA, ao analisar a agropecuária brasileira, reforçou a importância da agricultura familiar para a economia brasileira quando em comparação ao sistema patronal. A agricultura patronal utiliza poucos trabalhadores residentes e apresenta forte concentração de renda, ao contrário da agricultura familiar que apresenta perfil essencialmente distributivo e melhor em termos socioculturais (FAO, 1995).

O convênio FAO/INCRA que objetivou traçar diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável, projeto UFT/BRA/0036 (FAO, 1995), avaliou o

desempenho econômico dos sistemas patronal e familiar de produção agropecuária e concluiu que:

a. As lavouras são três vezes mais importantes no segmento familiar sendo que, nas lavouras permanentes, essa importância chega a ser 5 vezes mais.
b. No segmento familiar, tende a prevalecer a criação de pequenos animais, sem deixar de apresentar certo peso a pecuária bovina.
c. Na oferta agropecuária, o segmento patronal supera o familiar em quatro importantes produtos: carne bovina, cana-de-açúcar, arroz e soja, mas o inverso ocorre com os produtos: carne suína e de aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, café, banana, milho, feijão, algodão, tomate e laranja.
d. Em mais da metade das atividades, a agricultura familiar consegue rendimentos físicos superiores ou idênticos aos da agricultura patronal.
e. O segmento familiar, por apresentar sistemas de produção mais intensivos, permite a manutenção de quase sete vezes mais postos de empregos por unidade de área. Na agricultura patronal, são necessários sessenta hectares para a geração de um emprego. Na agricultura familiar, bastam apenas nove hectares.

Estimativas baseadas em projeções dos censos agropecuários indicam que os estabelecimentos familiares, detendo uma área três vezes menor que a patronal, têm quase a mesma participação na produção total (FAO, 1995).

Um bom exemplo dos rendimentos físicos e da oferta agropecuária em empreendimentos familiares são os assentamentos mais antigos de São Paulo onde a renda média familiar mensal atinge R$ 783,00, acrescendo a ela o leite, o queijo, os doces caseiros, as hortaliças, a carne, o arroz e o feijão produzidos e consumidos pela família. Embora os assentamentos paulistas ocupem 0,54% da área agricultável do Estado, eles são responsáveis pela produção de 4,7% da mandioca; 3,12% do algodão; e 4,64% do feijão da seca produzido no Estado, além de uma dezena de outras culturas e atividades (SILVA, 2003).

Além dos rendimentos físicos e da oferta agropecuária, a incorporação das terras ociosas ao processo produtivo, promovida pela reforma agrária e agricultura familiar, também apresenta impacto relevante no aumento da arrecadação tributária

(RANIERI, 2003) e na criação direta e indireta de empregos a baixo custo (SILVA, 2003; RANIERI, 2003).

Ainda sobre a criação de empregos a baixo custo e geração de renda, analisando dados da reforma agrária e assentamentos rurais, Silva (2003, p.1) concluiu que *"a política de assentamentos rurais quando bem conduzida é uma das políticas públicas mais baratas e eficientes do ponto de vista de geração de renda e de criação de novos empregos"*.

Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento

Um exemplo de reforma agrária e agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento e redistribuição de renda e poder é fornecido pelos dados do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Eles mostram que a renda gerada nos assentamentos paulistas, na safra de 1997/1998, desconsiderando a produção destinada ao autoconsumo, alcançou valor de R$ 345,00 mensais por família, valor 50% maior que a renda média nacional das famílias de trabalhadores agrícolas sem-terra (SILVA, 2003).

A comparação entre a renda média familiar nacional e a média de alguns assentamentos[1] mostra que o simples acesso à terra, somado ao apoio governamental mínimo, permite à família assentada obter padrão de vida superior ao dos trabalhadores assalariados do campo ou da cidade (FAO, 1992).

Tão relevante e importante quanto os benefícios econômicos e a geração de novos empregos advindos da agricultura familiar e reforma agrária são os benefícios de ordem sociocultural, traduzidos por Ranieri (2003) como:

a) melhoria da qualidade de vida, como mostram os indicadores relativos a moradia, educação, saúde, mortalidade infantil e lazer, pesquisados pela FAO em assentamentos das diversas regiões do País;

---

[1] A renda média familiar nacional, em 2001, foi de R$ 595,00 (RABELO, 2003), no entanto, esse número esconde disparidades na renda que varia de R$ 1650,00 em São Paulo (BRASIL, 2003) a R$ 56,00 em localidades do Acre (ACRE, 2003). A renda média familiar tem alcançado R$ 1300,00 (RENATO, 2003) e R$ 720,00 (BARBOSA, 2003) em assentamentos bem-sucedidos de São Paulo e de Minas Gerais respectivamente. Em assentamentos mais pobres do Ceará, a renda média não tem ultrapassado a 1 salário mínimo mensal (BARROS; MAYORGA, 2003).

b) redução da migração rural-urbana, provocada pela elevada concentração da propriedade da terra e pela falta de emprego e alternativas de sobrevivência, além da impossibilidade de desenvolvimento no meio rural;

c) redução dos problemas urbanos decorrentes do crescimento das cidades fomentado pela migração rural-urbana, sobretudo, entre as décadas de 1960 e 1980 quando 28 milhões de pessoas deixaram o campo em direção às cidades;

d) estabilidade familiar afetada pelas constantes mudanças na busca de empregos ou terra para trabalhar e fomentada pela inadequação do calendário escolar rural; e,

e) manifestações culturais e atividades de lazer, fortalecendo os laços familiares e o resgate do exercício de cidadania.

Considerações Finais

De um lado, tem-se o sistema patronal, gerando divisas com a exportação, de outro, o sistema familiar abastecendo o mercado interno, gerando maior número de empregos e distribuindo melhor a renda. Pode-se dizer que tais sistemas formam os dois lados da mesma moeda que move a economia nacional.

Não se questiona a importância da agricultura patronal, muito menos do setor industrial e de serviços na economia brasileira. Entretanto, diante da crise socioeconômica do campo e da cidade, acredita-se que a agricultura familiar constituiu estratégia para a incorporação das terras agrícolas subutilizadas e a geração de empregos, com vantagens para a sociedade e não apenas a obtenção e o acúmulo de riqueza.

No entanto, é necessário implantação de um sistema de reforma agrária, apoiado em justiça social, com redistribuição de renda, poder e tecnologia e não apenas na redistribuição de terras que mal se fez até o momento.

Os preceitos de justiça social com redistribuição de renda, poder e tecnologia devem ser aplicados não só em assentamentos, mas também nas pequenas e médias propriedades, sobretudo, àquelas de caráter familiar há muito estabelecidas e que enfrentam sérios problemas de sustentabilidade. Basta lembrar

que, embora 280 mil famílias de sem-terra tenham sido assentadas entre 1995 e 1998, estudos da Universidade de São Paulo (USP) informam que cerca de 400 mil famílias de pequenos agricultores perderam suas terras no mesmo período (GONÇALO, 2001).

Referências Bibliográficas

ACRE. Governo do Estado. **Indicadores sociais das áreas de abrangência da agenda social**. Disponível em <http://www.ac.gov.br/sectas/agenda_social/indicadores. htm>. Acesso em: 05 nov. 2003.

ARQUIDIOCESE DE MARIANA. **A fé sem obras é morta**. Disponível em: <http://www.arqmariana.com.br/p6e7ago.html>. Acesso em: 23 out. 2003.

BARBOSA, A. **Assentamento Fruta D´Anta faz sua história**. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/site_emater/Sala_Imprensa/Revista/2002setembro/ pag28-29.pdf>. Acesso em: 22 out. 2003.

BARROS, A. C. N.; MAYORGA, M. I. O. **Rentabilidade da agricultura familiar em assentamentos rurais no Estado do Ceará**: um estudo de caso. Disponível em:<http://www.gipat.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober2000/barrosacn/paper1396.pdf>. Acesso em: 22 out. 2003.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Sistema de Informações Fruticultura Irrigada. **Renda média das famílias paulistas chega a RS 1.650,00**. Disponível em:<www.irrigar.org.br/publicacoes/frutifatos02/04_frutifatos_o%20consumidor%20e%20seus% 20desejos1.pdf>. Acesso em: 22 out. 2003.

CÚPULA Mundial da Alimentação: cinco anos depois: relatório nacional brasileiro. Brasília, 20 maio 2002. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dts/cmafao11_resumo>. Acesso em: 23 out. 2003.

DEL GROSSI, M.; SILVA, J. G.; CAMPANHOLA, C. **Projeto RURBANO.** Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/ fimexodo.html>. Acesso em: 31 out. 2003.

FAO. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**: resumo do relatório final do projeto UFT/BRA/036. 2 versão. Brasília: FAO: INCRA, 1995. 24 p.

FAO. **Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária**: versão resumida do relatório final do projeto BRA 87/022. Brasília: FAO: PNUD-MAARA, 1992. 24 p.

GONÇALO, J. E. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Plano, 2001. 135 p.

RABELO, R. **Lula é a expressão de um novo tempo para o Brasil**. Disponível em: <http://www.vermelho .org.br/diario/2002/0923/opiniao_0923.asp>. Acesso em: 5 nov. 2003.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK. G. **A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. p. 5-38.

RENATO, M. Modelo de reforma. **Isto é dinheiro**, 09 jun. 2003. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoédinheiro/306/economia_modelo _reforma.htm.>. Acesso em: 22 out. 2003.

ROCHA, F. E. C. **Agricultura familiar**: teoria da dinâmica de grupos aplicada às organizações de produtores rurais. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2003. 148 p.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 8, n. 15, p. 117-150, nov. 2000.

SILVA, J. G. **Farinha do mesmo saco?** Disponível em:<http://www.pt.org.br/san/san159.htm>. Acesso em: 04 nov. 2003.

Capítulo 3

Espaço, Território e Fronteira: o significado e a interpretação dos mapas

Marina de Fátima Vilela
France Maria Gontijo Coelho
Vicente Paulo Soares
Ricardo de Araujo Pereira

Espaço, Território e Fronteira: o significado e a interpretação dos mapas

> *O espaço tem o sentido do vivido, na medida em que é o resultado da ação do homem sobre o próprio espaço intermediado pelos objetivos naturais e artificiais.* (SANTOS, 1996, p.71-72).

Introdução

A informação geográfica nem sempre pode ser comunicada adequadamente por mensagens construídas oralmente ou por linguagem matemática estatística (SILVA, 1996). Diante disto, as imagens, construídas com base em uma fonte de dados georreferenciados, podem propiciar uma comunicação mais adequada sobre fatos, fenômenos e eventos geográficos, desde que se proceda à construção socialmente partilhada dos dados e informações.

Em trabalhos em que se inserem questões socioeconômicas e culturais, como o caso do movimento de luta pela terra e, especificamente, acampamentos e assentamentos rurais, os mapas devem ultrapassar o domínio tecnológico, pois valores e significados, socialmente produzidos, devem estar inseridos na elaboração deles.

Assumindo tal perspectiva como verdadeira e acreditando em sua ética e efetividade, no trabalho de parcelamento dos assentamentos, os seguintes questionamentos deverão ser feitos: Como interagir os significados, as pretensões e os valores culturais que os acampados e assentados trazem consigo com dados georreferenciados de campo? Como os acampados e assentados poderão usufruir os dados e as informações levantadas que, em princípio, devem partir de sua

cultura, sua expectativa, seus valores? Como traduzir as simbologias existentes no mapa expresso pelos assentados para uma linguagem diferente, mas que eles entendam e delas façam uso como instrumento de compreensão nas negociações internas – entre assentados – e externas, com as instituições de apoio?

Para responder a essas questões, alguns conceitos e noções devem ser explicitados na medida que se pretende revelar no trabalho técnico sua natureza sociocultural e política.

Espaço, Território e Fronteira

Enquanto o espaço é concebido como o resultado do encontro entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade (SANTOS, 1996) permitindo *"substancializar as condições de vida de um dado grupo social, não apenas do ponto de vista material, mas também e sobretudo simbólico"* (SILVA, 1996, p.7), a noção de território contempla uma representação coletiva, uma ordenação do espaço. Já a *"transformação do espaço em território é um fenômeno de representação pelo qual os grupos humanos constroem sua relação com a materialidade, num ponto em que a natureza e a cultura se fundem"* (MALDI, 1997, p.186).

Alguns autores dissociam o conceito de território e de territorialidade. Territorialidade pode ser definida como as formas de controle exercidas por um grupo sobre um determinado território (SACK, 1986).

A fronteira, por sua vez, pode ser definida como construção ideológica, cultural e política e também como um conjunto de fenômenos concretos identificáveis no campo das representações (MALDI, 1997).

Assim, a concepção de fronteira, como um dado cultural, está diretamente

> *relacionada à construção que a sociedade faz da alteridade. Nesse sentido, de forma eminentemente dialética, o indivíduo constrói sua identidade a partir de sua localização em relação a um grupo e de sua relação com a totalidade, tendo o espaço como paradigma, de tal forma que o território passa a ser determinado e vivido por meio do conjunto de relações institucionalmente estabelecidas pela sociedade* (MALDI, 1997, p.187).

No espaço demarcado dos assentamentos, são construídas as relações do homem com a materialidade, embora a estruturação e o parcelamento sigam orientação da ideologia incorporada pelo grupo, a fronteira é primeiramente influenciada e, ou, limitada pelo espaço, prévia e naturalmente demarcado. As relações ideológicas, culturais e políticas construídas definem a fronteira e são uma dimensão simbólica que ultrapassa os limites físicos do assentamento.

Os assentamentos estão sujeitos a influências externas ao seu espaço físico, traduzidas nas formas de relações socioeconômicas e culturais com a região em que se inserem. Tais relações, traduzidas nas mais diversas formas, culminam em expansões das fronteiras, potencializadas quando os assentados representam categorias culturais diversas daquelas existentes.

Na Figura 1, representa-se um esquema simplificado de algumas relações entre o acampamento e a região na qual se insere, com interações internas que definem as formas de ocupação do espaço.

Figura 1. Algumas das possíveis relações mantidas entre o assentamento e sua região de inserção.

Conhecer o espaço, dominar o território é antes de tudo um exercício de força e de poder no espaço social que, segundo Bourdieu (1989), não deve ficar circunscrito ao campo econômico, mas considerar as lutas simbólicas desenvolvidas no âmbito político, jurídico e cultural.

A consideração do espaço como um campo de observação permite apreender certos fenômenos e estruturas, porém, acarreta a deformação ou ocultação de outros (LACOSTE, 1988). Diante de tal afirmativa e de experiências de mapeamento participativo, evidencia-se a necessidade de discutir com os assentados quais fenômenos e estruturas seriam prioritariamente levantados. Nesse aspecto, outras questões são colocadas: como entender a noção que os indivíduos têm do espaço? Como levantar os fenômenos e as estruturas prioritários aos assentados?

Mapeando o Espaço

Para entender o conhecimento e a visão dos assentados em relação ao espaço, no trabalho de parcelamento do Projeto de Assentamento Quebra Anzol, utilizou-se a técnica do mapeamento, com esboço espacial feito pelos próprios assentados sobre questões postas por agentes externos.

No esboço daquilo que os assentados conhecem, entendem e pretendem do projeto de assentamento, como espaço físico demarcado, são representados os pontos mais relevantes, traduzidos na forma de aguadas, área de culturas agrícolas, área de pastagem formada por braquiária, a sede, os barracos e uma área de 120 hectares e outra de 116 hectares, outrora pertencentes à fazenda Quebra Anzol (Figura 2).

É importante observar que, nesse exercício de expressão, os fenômenos, as estruturas e os usos considerados mais relevantes e prioritários são naturalmente reconhecidos e levantados, cabendo ao técnico registrar de forma atenta os detalhes expressos e os valores manifestados nas falas e nos desenhos.

De posse do esboço elaborado, partiu-se para uma etapa de reconhecimento, no campo, dos pontos e feições levantados utilizando a técnica da caminhada transversal empregada por Seminário... (2002), Delevatti (2004) e

Calixto (2004), sempre com o acompanhamento e auxílio de pelo menos um assentado. Nessa etapa de reconhecimento, observou-se que os assentados referiam-se, com certa freqüência, a áreas de cascalho e à coloração do solo como aspectos ora positivos, ora negativos. Diante disso, julgou-se procedente reconhecer e levantar tais feições.

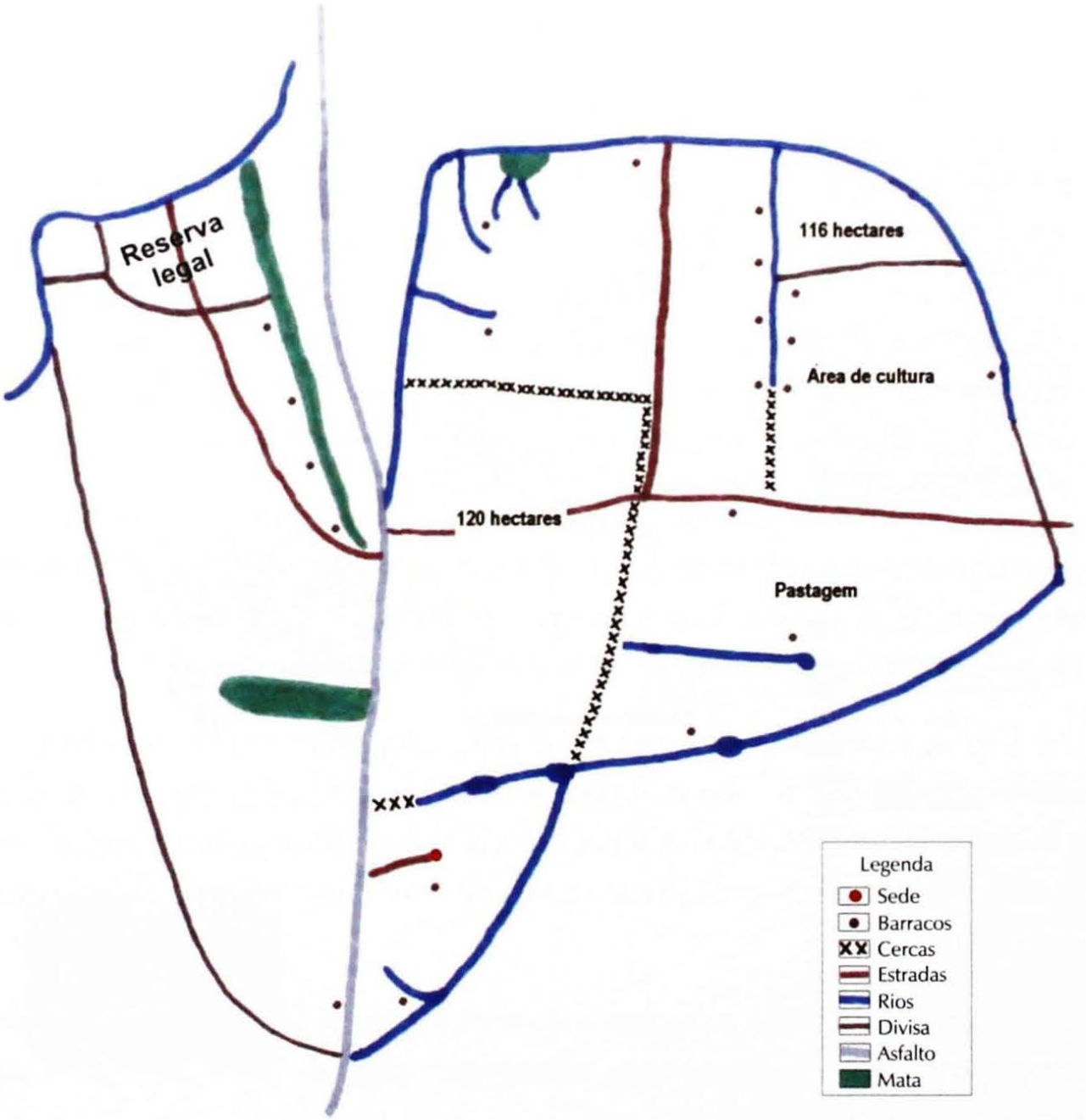


Figura 2. Esboço elaborado pelos integrantes do Projeto de Assentamento Quebra Anzol, identificando estruturas e feições relevantes em função do conhecimento e pretensões deles com o espaço.

Paralelamente ao reconhecimento das feições no campo, trabalhou-se a realidade segundo uma escala cartográfica que afeta substancialmente a leitura dos mapas, pois a combinação dos fatores geográficos que aparece quando se considera determinado espaço, não é a mesma que pode ser observada para um espaço menor (LACOSTE, 1988). Isto porque a geografia generaliza determinados aspectos ou fatores de uma região, desconsiderando grande número de detalhes para que extensões mais amplas sejam representadas.

O abandono de detalhes, muitos deles considerados como pontos de referência, pode implicar dificuldade de posicionamento, compreensão e leitura do mapa ou carta por parte dos assentados. Como entender que o espaço onde a vista alcança pode estar naquele simples pedaço de papel rabiscado e colorido, onde não aparece a casa, a árvore do quintal ou da beira da estrada, referências fundamentais para a vida naquele espaço? Como esse pedaço de papel rabiscado e colorido pode ser considerado uma verdade quase absoluta, sobre o qual pode ser traçado o sonho de fartura, o objeto de trabalho, a expectativa de uma vida melhor?

A compreensão da realidade, segundo uma escala, pode ser abstraída por meio do exercício de observação de feições e seus detalhes. O assentado, longe de um ponto de referência, tem uma visão ampla, com menores detalhes, uma simplificação da realidade, tal qual ocorre na elaboração de mapas.

Com o mapeamento conjunto, os assentados puderam fitar, no esboço, o que lhes pertencia e, ao mesmo tempo, permitiu aos agentes da pesquisa explicitar o exercício de simplificação da realidade. Com ele se pôde aplicar e explicar os fundamentos de escalas gráficas que exige a incorporação e a clareza da lógica das proporções.

Para que a leitura e a compreensão dos mapas fosse facilitada, empregou-se, sempre que possível, as mesmas simbologias utilizadas pelos assentados na confecção do esboço.

Em uma terceira etapa, foram confrontados o esboço do espaço com o mapa real da área (Figura 3), ambos contendo as estruturas e as feições expressas e representadas pelos assentados.

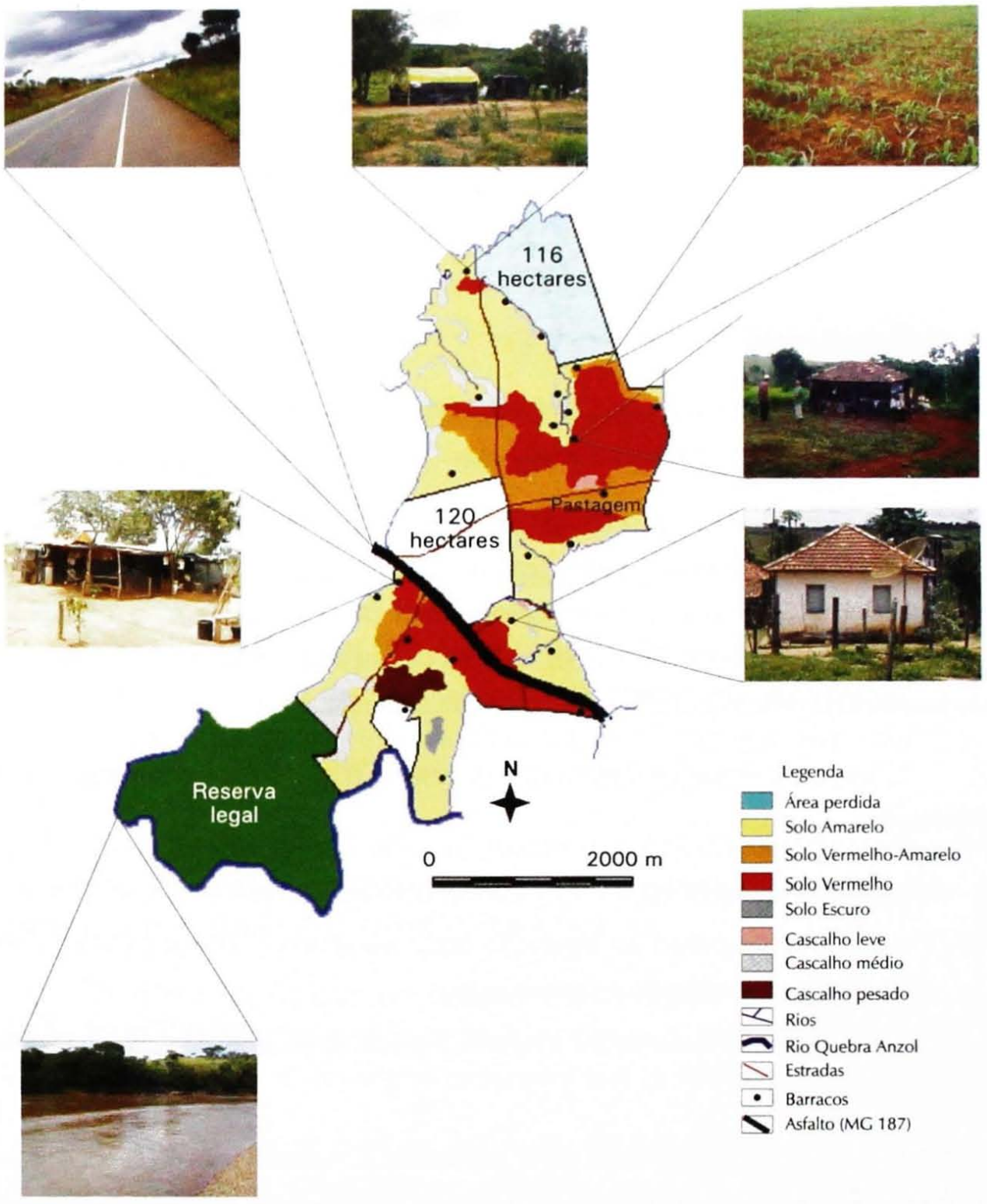


Figura 3. Mapa do Projeto de Assentamento Quebra Anzol contendo estruturas e feições levantadas e reconhecidas pelos assentados.

Analisando as Figuras 2 e 3, observa-se a relevância dada a algumas áreas, como a área de 120 hectares, perdida durante o processo de negociação da fazenda, e a área vizinha formada por pastagem. Sua importância é observada pelo tamanho, comparativamente maior, atribuído a elas no esboço.

A importância dada à área de 120 hectares explica-se por dois motivos:

a. Localização estratégica, com contato direto e diário, na forma de vizinhança e travessia, perpetua o sentimento de decepção pela perda da área.
b. A diminuição da área, implicando menor espaço para as famílias.

Para a área formada por pastagem, a importância é atribuída a seu valor em razão da pastagem formada, ao acesso à água e à servidão por estradas.

Em relação à área de 116 hectares, a relevância e a decepção pela perda foram manifestadas verbalmente, porém, não materializadas no esboço. Isso provavelmente deve-se a sua localização distante do convívio direto e diário, não perpetuando, por conseguinte, o sentimento de decepção pela perda, embora as conseqüências dela sejam idênticas nos dois casos relatados.

O pequeno destaque dado à área de reserva (Figura 2) deve-se a três fatores principais:

a. A localização, tal qual ocorre com a área de 116 hectares.
b. O conhecimento prévio da legislação pelos assentados, de que 20% da área total tem de ser destinado à reserva legal.
c. A área em questão já constituía a reserva legal da fazenda antes do processo de desapropriação.

O pequeno destaque dado pelos assentados e materializado no esboço, para a reserva legal, não implicou menor importância. Isto pôde ser entendido como um fato sobre o qual não foram encerrados sentimentos de decepção por perda da área e suas conseqüências.

A relevância dada aos barracos e a sua disposição na área representa o início da ocupação e a ordenação do espaço, bem como a definição de território.

Diante do mapa real da área, as reações foram muito expressivas. O mapa causou certa euforia entre os assentados, principalmente, porque nele foram plotadas fotografias de feições conhecidas deles, facilitando o posicionamento, o entendimento e a leitura do mapa. Diante da facilidade de interpretação, os assentados puderam observar o tamanho relativo das áreas de 120 e 116 hectares perdidos e demonstraram certo espanto em relação ao tamanho relativo da área destinada à reserva legal.

Mapeando o Território

Resgatando o sentido de território, o ordenamento do espaço, importante para a comunidade, foi regido por fatores ambientais, culturais, sociais e econômicos de cada grupo no espaço demarcado.

Para muitos a migração pode ser traduzida como

> *...uma história de muitos laços rompidos com o lugar, os vizinhos, os sons e cheiros familiares, a casa materna... uma vez desenraizados percorrem um imenso caminho em busca de alternativas para reconstruir suas vidas.* (D'AQUINO, 1996, p.3)

Assim, o que move essa luta pela terra é a busca de *"um lugar mítico construído como local de moradia, de criação-recriação da sociabilidade, objeto de trabalho e meio de vida"* (D'AQUINO, 1996, p.3).

As diferentes dissidências culturais e experiências de vida reforçaram a necessidade de traduzir o sentido de território e de territorialidade, as vontades, os anseios, os afetos, os objetivos e as pretensões que os assentados têm da área.

A questão que se colocou foi: como acordar, ao menos em parte, as diferentes identidades construídas e incorporadas em outros espaços naquele novo momento e lugar de vida? Como traduzir, na forma de mapa, o sentido de território e de territorialidade naquele novo espaço, respeitando vontades, anseios, objetivos, afetos e pretensões de futuro?

De um lado, as atividades consensuais não puderam ser realizadas na totalidade, uma vez que, das 37 famílias, 12 já haviam escolhido o seu pedaço de

chão, o seu território, o que estabeleceu um limite antecedente para a estruturação do parcelamento. De outro, os sonhos de liberdade, fartura, trabalho, segurança, sociabilidade e dignidade, acumulados ao longo dos anos de luta refletiu-se no mapa como um estilo de vida e forma de organização do trabalho dos assentados. A expectativa de "não trabalhar para os outros" significa para a maioria, liberdade de organizar a própria rotina, autonomia para executar e definir as atividades. Liberdade e autonomia traduziam-se na forma de trabalho individual, na demarcação de lotes individuais.

A forma de trabalho individual ou em família é a opção ideológica desses assentados, diferente do trabalho coletivo ou em grupo, vista com receio por ser entendida como trabalho cativo, próprio da organização social desigual e voltada para o lucro. Da mesma forma, a existência de creche ou cozinha comunitária que viabilizaria o melhor aproveitamento da mão-de-obra feminina representa um rompimento com a tradicional família camponesa. Nesta os atos de cozinhar, cuidar dos filhos e, quando necessário, da lavoura, são características de uma forma de vida que não se perde com o movimento de luta pela terra, como argumentou D'Aquino (1996). Para essa tradicional família camponesa todos os seus sonhos, ideais e cultura baseiam-se na idéia de trabalho indivíduál[1], por vezes semicoletivo e na idéia de sítio *"como o lugar da família e o espaço da liberdade"* (D'AQUINO, 1996, p.25).

Deve-se, no entanto, considerar que a divisão em parcelas, como opção do grupo, implica redução do espaço, podendo resultar na dissolução da coletividade.

Nesse sentido, há que se considerar ainda aqueles que, por razões culturais e econômicas, vivem e objetivam o trabalho coletivo. Para eles, a divisão do espaço pode, grosso modo, comparar-se à restrição do mundo, na forma de parcela, onde o indivíduo é "livre" para agir, explorar e viver segundo as dimensões da cerca. Para esses *"o tempo encarcerado, controlado, da produção coletiva, simboliza outra liberdade, a de organizar-se, conquistar a terra e produzir nela coletivamente"* (D'AQUINO, 1996, p.35).

Talvez, seja possível pensar que, diante das crises socioeconômicas e do abandono dos pequenos produtores por parte do governo, nas últimas décadas, o sistema de trabalho coletivo ou semicoletivo seria, provavelmente, uma das únicas formas de viabilizar a permanência na terra.

[1] Trabalho individual refere-se a cada família trabalhando em sua parcela de terra, ou seja, trabalho familiar.

A questão sobre as formas de trabalho num assentamento e o parcelamento decorrente dele é muito complexa. Em princípio, seria correto supor que diferentes formas de trabalho poderiam coexistir na mesma área. Equívoco seria obrigar o assentado a seguir determinada forma de trabalho para a qual ele pode não estar preparado cultural, política ou tecnicamente. Isso sim pode ser uma intervenção, no mínimo, desastrosa. Dessa forma, o mapeamento deve considerar e observar as formas de trabalho possíveis e como elas refletirão ou serão refletidas na divisão de áreas ou lotes. O resultado do trabalho deverá estar em conformidade com o que for acordado entre os assentados.

A questão é saber: Como os assentados desejam produzir? Como desejam trabalhar? A resposta a essas perguntas deve ser dada pelos próprios assentados, individualmente e em conjunto, seja na forma de assembléia, em processos de diagnóstico participativo seja na forma de entrevistas.

Para o caso do Projeto de Assentamento (PA) Quebra Anzol, não houve assembléia, diagnósticos prolongados ou entrevistas para conhecer a forma de trabalho, pois aqueles que moravam ou ainda moram no assentamento, já haviam escolhido, segundo suas pretensões e vontades, o lugar que desejavam permanecer, enquanto os demais esperavam o parcelamento.

A proposta de demarcação de lotes individuais já estava decidida quando teve início este trabalho. Aqui é conveniente mencionar a ação dos mediadores, a FETAEMG e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Patos de Minas que têm como ideal a pequena propriedade, em contraposição à propriedade coletiva idealizada pelo MST e alguns Sindicatos no Sul do Brasil.

O modelo de lote marcado e do assentamento dividido por famílias, apoiado pelos mediadores, é uma concepção que os assentados trouxeram consigo. A forma de trabalho individual familiar é muito clara, como mostram os depoimentos:

> *... a gente fica naquela expectativa de hoje ou amanhã alguém chegar e dizer: seu Jorge esse pedaço aqui tá demarcado pro senhor*[2]

> *... meu sonho é ter tudo repartido para não ter problema nenhum, cada um cuidar do seu pedaço... aquela harmonia de vizinho, amigo, voltar aquela união, todo mundo contentar com o seu pedaço, trabalhar para o futuro dos filhos... curtir sua casa...*[3]

[2] Jorge Ferreira Filho, 50 anos, assentado, entrevista realizada em abril de 2001.

[3] Ivone Rosa de Camargo, 37 anos, assentada, entrevista realizada em abril de 2001.

Há que se salientar que existiam grandes afinidades pessoais e de trabalho entre os assentados do PA adquiridas durante o processo de luta que ainda persistem, além de muitos laços de sangue. Esses laços e afinidades levaram alguns assentados a manifestar interesse pelo trabalho que se poderia chamar semicoletivo, ou seja, união eventual de atividades produtivas entre vizinhos, embora o termo não seja conhecido por eles.

As afinidades ocorridas durante o processo de luta que já geraram o apadrinhamento de crianças permitiram a criação de um sistema de ajuda mútua, um somatório de forças ocorrendo naturalmente e sendo percebido como uma das formas de suportar a vida dura dos assentamentos e viabilizar a permanência na terra.

Considerações Finais

O mapa da área, elaborado segundo a relevância das informações e simbologias apresentadas pelos assentados, permitiu sua melhor interpretação e a melhor compreensão da área, principalmente, em relação ao tamanho relativo das superfícies identificadas no esboço.

Diante das idéias e definições abordadas, é lógico afirmar que os assentados devem participar de todas as etapas dos processos que culminam na confecção dos mapas seja coletando amostras de solo, esboçando seu conhecimento do espaço, manifestando sua cultura, seus objetivos, seus anseios e pretensões, participando de assembléias, seja respondendo a questionários. Essa participação tem um motivo relevante: serão eles os afetados diretamente pelas informações contidas no mapa.

O período atual de demarcação, construção das casas, define-se como uma nova fase para esse grupo social que, em breve, serão pequenos produtores com sua terra. Lá, onde cada família tem seu poder de decisão, os desafios e as dificuldades serão outros, esses novos pequenos produtores que têm origem no campo sabem dos desafios, das dificuldades e da alegria que essa nova vida poderá lhes proporcionar.

É importante que nós como cidadãos, sociedade, igreja, partido político, universidade, centro de pesquisa e extensão, prefeitura, ONG ou sindicato, reflitamos sobre o papel da reforma agrária como um direito e uma estratégia de desenvolvimento e descentralização de poder.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. 311 p.

CALIXTO, J. S. **As múltiplas utilidades dos recursos vegetais em comunidades tradicionais**: um estudo de caso na comunidade Canabrava, Alto Jequetinhonha. Disponível em: <http://www.ussp.br/siicusp/10osiicusp/cd_2002/ficha 2016>. Acesso em: 29 out. 2004.

D'AQUINO, T. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão, SP. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: [s.n.], 1996.

DELEVATTI, D. **Sociedade e meio ambiente**. Disponível em: <htt : wwwcomitepardo.com.br/artigos/art_dionei.htm>. Acesso em: 29 out. 2004.

LACOSTE, I. **A geografia**: isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988. 263 p.

MALDI, D. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 183-221, 1997.

SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 268 p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 124 p.

SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DE AUTO-SUSTENTAÇÃO ALIMENTAR E ETNODESENVOLVIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS, 1., 2002, Brasília, DF. **Movimento por uma política pública nacional de auto-sustentação alimentar e etnodesenvolvimento dos povos indígenas**: relatório. Brasília, DF: [s.n], 2002. 65 p.

SILVA, J. M. **Território, tradição e identidade**. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: [s.n.], 1996.

STÉDILE, J. P. Terra de todos. **Caros Amigos**, São Paulo, v. 39, p.31-37, jun. 2000. Entrevista.

Capítulo 4

Um Exemplo Metodológico de Caracterização Socioeconômica e Cultural em Projeto de Assentamento

Marina de Fátima Vilela
Vicente Paulo Soares
France Maria Gontijo Coelho
Ricardo de Araujo Pereira

Um Exemplo Metodológico de Caracterização Socioeconômica e Cultural em Projeto de Assentamento

Introdução

Conhecer o perfil socioeconômico dos assentados não é apenas uma exigência de instrução normativa[1], mas, sobretudo, uma questão ética: conhecer quem são, como viveram, como vivem, suas pretensões, anseios e até mesmo as mágoas daqueles que lutam pela terra, é fator primordial para a geração de projetos de parcelamento e desenvolvimento de um assentamento.

Ao referir-se a levantamentos socioeconômicos como uma questão ética, tem-se plena consciência de que aos futuros assentados cabe nortear estudos, planos e projetos para o assentamento, reconhecendo, sobretudo, que "nesse pedaço de chão" estão os sonhos de liberdade, fartura, trabalho, segurança e dignidade.

No relato das subjetividades alheias e no processo de compreensão dos outros seres humanos, é necessário recorrer a formas de controle do próprio ego sem, no entanto, ter a pretensão de suprimi-lo totalmente com posturas extraordinárias, sob pena de perder a espontaneidade própria de contatos cotidianos. Como esclarece Geertz (1997, p.106-107):

> *Possuir e desenvolver capacidades normais para essas atividades é, obviamente, essencial, se temos a esperança de conseguir que as pessoas tolerem nossa intrusão em suas vidas ou que nos aceitem como seres com quem vale a pena conversar.*

[1] Para mais informações consultar a IN 34 de 9/7/1999 do INCRA.

Dessa forma é que se poderia abandonar o *"mito do pesquisador de campo semicamaleão, que se adapta perfeitamente ao ambiente exótico que o rodeia, um milagre ambulante de empatia, tato, paciência e cosmopolitismo..."* (GEERTZ, 1997, p. 85).

No caso da pesquisa no Projeto de Assentamento Quebra Anzol, essa preocupação metodológica permitiu aos pesquisadores em campo serem mais bem aceitos, além da situação de que representavam uma antecipação do fim da espera pelo parcelamento.

Para entender esse processo de aceitação é necessário retornar ao período pelo qual eles passavam: cinco anos de espera sob barracas de lona desde a ocupação, à beira da estrada quando da expulsão até o retorno, depois da desapropriação da fazenda. Mas, a divisão não acontecia, os filhos cresciam e o trabalho externo tornava-se escasso.

> *... a gente sofre muito, é muita angústia, muita expectativa, muita espera, não era preciso esse povo ficar sapecando tanto tempo debaixo dessa lona preta...*[2]

> *... esse tempo, a gente tá cansado, a gente cansa, é um sofrimento ficar debaixo de um barraco de lona, a gente não pode fazer uma casa porque não tem condição, a gente fica doido. Muitas vezes eu pensei: vou largar isso aqui, vou embora.*[3]

> *tem de ser um pouco doido para superar viver debaixo de uma lona a espera de um amanhã, amanhã, amanhã,... a hora que fala que o INCRA vem, todo mundo fica louco, você sonha em ver aquele carrinho do INCRA: é a solução! E ele vem e fala, fala, e fala e você acaba desanimando, a gente acaba ficando gelado ...*[4]

---

[2] Irene Aparecida dos Reis, 38 anos, assentada. Entrevista feita em abril de 2001.

[3] Jorge Ferreira Filho, 50 anos, assentado. Entrevista feita em abril de 2001.

[4] Alicia Alves Cardoso, assentada. Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patos de Minas.

Uma situação tão difícil quanto complicada facilitou o aceite da presença dos pesquisadores que se colocaram como parceiros para superação desse compasso de espera que pôde ser percebido no depoimento de um assentado:

> *... só da senhora, quer dizer você, tá aqui ouvindo a gente, já dá um alívio, uma esperança... a divisão dos lotes, essa é a coisa que eu mais queria, que é mais preciso, e essa notícia você tá me dando e eu fico muito satisfeito*[5].

Essas expressões mostram a delicada condição de depositários de expectativas. Para não incorrer no erro de sermos transformados em responsáveis exclusivos pelas mudanças, despimo-nos desse encargo deixando claro, a todo o momento, que éramos passíveis de erros e necessitávamos ser guiados.

Nesse contexto, iniciou-se a pesquisa que deveria permitir a coleta de dados para subsidiar outros passos na intervenção para orientar a solução dos diversos problemas relativos à definição do parcelamento.

Entre os métodos de coleta de dados para a obtenção de informações acerca da configuração social daquele espaço, provavelmente o mais comum tivesse sido o uso do questionário. A informação obtida dele cumpriria ao menos duas funções: descrição de um indivíduo ou grupo e a medição de variáveis individuais ou grupais (RICHARDSON, 1985).

Apesar das inúmeras vantagens relacionadas ao tempo e à facilidade de obtenção de dados e de informações, o questionário apresentou a grande limitação de colocar o entrevistado perante uma estruturação de problemas que poderia não ser a sua, além de impor informações que canalizavam as escolhas dos entrevistados (RICHARDSON, 1985).

Por sua vez, Richardson (1985) afirma que, para compreender o que ocorre com os indivíduos, a melhor forma é a interação face a face. Elemento fundamental em pesquisas de natureza social e sob essa ótica, a entrevista apresentou-se como estratégia por permitir estreita relação entre pesquisador e pesquisados, além do estabelecimento de relação de maior confiança, o que foi fundamental em alguns momentos de tomadas de decisão.

---

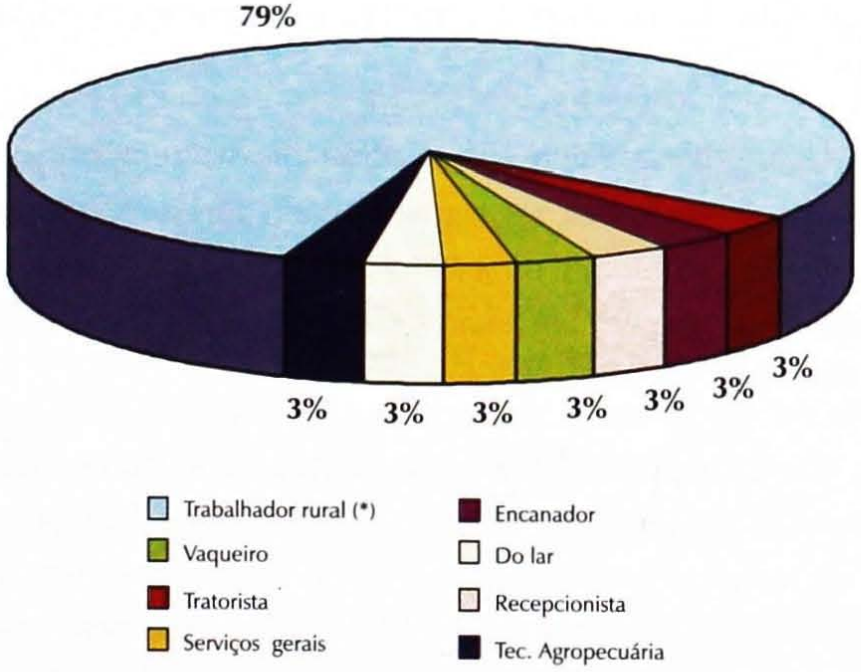
[5] Gaspar Geraldo dos Reis, 40 anos, assentado. Entrevista feita em abril de 2001.

Assim, foram utilizados dois procedimentos metodológicos de coleta de dados: a entrevista e o questionário, na medida em que ambos poderiam fornecer informações relevantes para a solução de problemas de natureza técnica.

A pesquisa foi realizada com as 37 famílias cadastradas no Projeto de Assentamento Quebra Anzol. Ocasião em que foram definidas as categorias e as variáveis de identificação básicas e relevantes como: idade, origem, profissão, escolaridade, número de pessoas na família, o ingresso no movimento de luta pela terra, dificuldades e problemas da vida no assentamento e as pretensões para o futuro.

Perfil Socioeconômico e Cultural dos Assentados do Projeto de Assentamento Quebra Anzol

Os resultados desse trabalho, a exemplo daqueles obtidos no primeiro censo sobre os assentamentos rurais (NETTO, 1997), desfazem o mito da falta de intimidade dos assentados com a enxada, como observado nos dados da Figura 1, nos quais 88% das profissões dos assentados estão diretamente ligadas à terra.



(*) Engloba as categorias trabalhador rural, lavrador, agricultor e diarista rural.

Figura 1. Profissões dos assentados do PA Quebra Anzol.

Os motivos que levaram os assentados a aderirem ao movimento de luta pela terra estão apresentados na Figura 2. A ocupação da fazenda Quebra Anzol, mais do que estratégia política, foi uma questão surgida das bases, dos laços com a cultura, com a terra e da necessidade de sobrevivência. O mesmo foi encontrado na análise de assentamentos rurais do noroeste de Minas Gerais (NETTO, 1997) e reforçados pela procedência dos assentados (Figura 3).

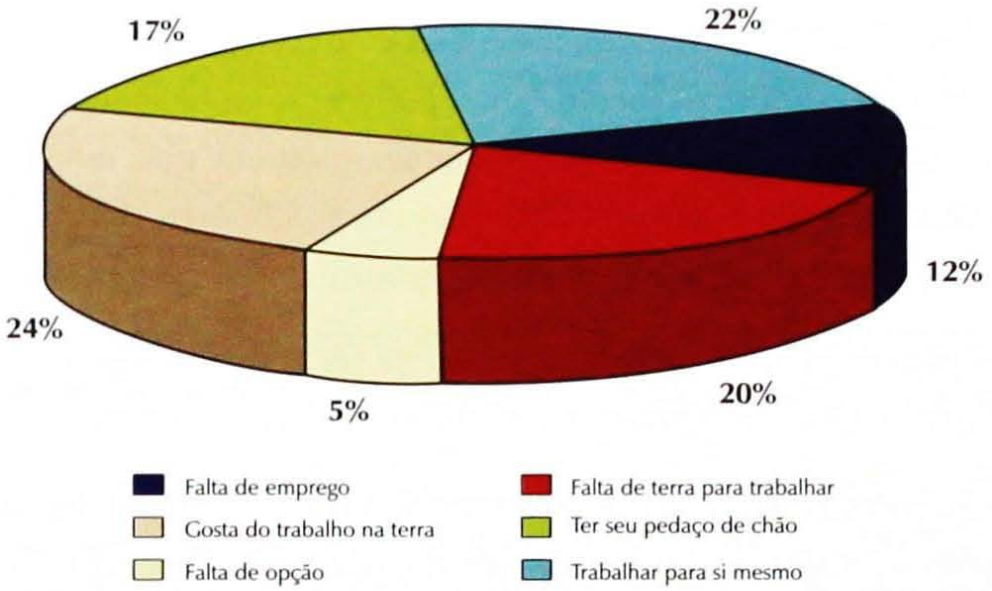


Figura 2. Motivos da adesão ao movimento de luta pela terra.

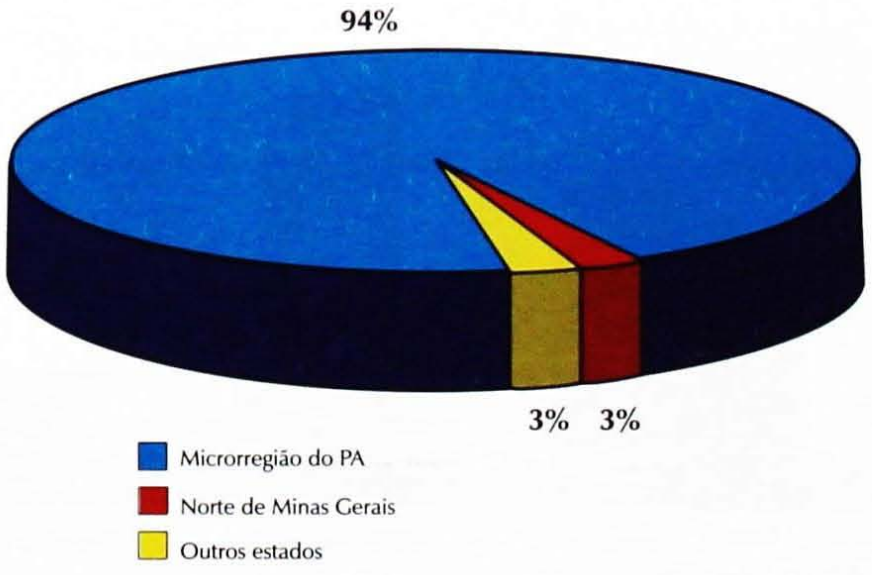


Figura 3. Procedência dos assentados do PA Quebra Anzol.

Das 37 famílias assentadas no Projeto de Assentamento, apenas 12 moravam no local, e destas, nove em barracos de lona e apenas três em casas de alvenaria. Do restante, 13 escolheram o lugar onde pretendiam ficar e montam seus barracos de lona, mas não residiam alegando o não-parcelamento da área e a falta de condições de moradia e financeira para a manutenção da família. As demais alegaram esperar o parcelamento e informaram que a elas não foi permitido escolher o local para construir o barraco e morar. Segundo elas, a permissão foi negada pelos outros assentados, o que foi contestado pelos residentes. Segundo estes, era necessário que todos morassem no local para que juntos pressionassem o INCRA quanto ao parcelamento, mas poucos se submeteram às condições precárias do local. Essas versões conflitantes mostram que estava em jogo as estratégias de pressão política externa e as implicações das diferentes formas de entendimento e poder existentes internamente.

A grande maioria dos assentados afirma ser "casada" e entre esses, sete que representam 23,33% disseram não ter união formalizada perante a lei (Figura 4).

Os cadastrados solteiros informaram que pretendiam trazer para viver consigo filhos, irmãos, pais e demais membros da família, bem como constituir sua própria família.

Somando os cadastrados e seus familiares têm-se 161 indivíduos, sendo 51 desses (31,7%) crianças e adolescentes.

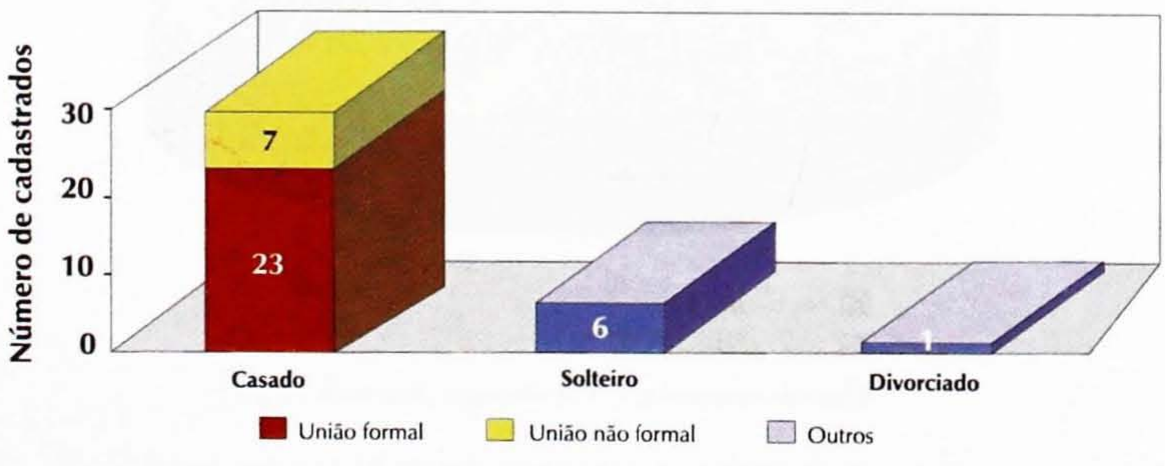


Figura 4. Estado civil dos assentados do PA Quebra Anzol.

Os assentados e parte de seus familiares afirmaram gostar muito do lugar, com uma exceção devido à angústia da demora no parcelamento da área e a mágoa em relação a alguns companheiros, gerada pelo desgastante processo e o descaso das autoridades.

Apesar de muitos acharem fraca e deficiente a associação que os representava, na época, 93,6% dos assentados reconheceram que uma associação e uma cooperativa fortes e coesas seriam importantes e ajudariam na solução dos problemas. Números semelhantes foram encontrados em relação à existência de agroindústrias, em que 91,4% achavam importante e pensavam na possibilidade de implantação, os 9,6% restantes viam-na com cautela ou disseram que não participariam da implantação.

Em relação à assistência técnica, todos reconheceram sua importância e gostariam que ela fosse efetiva e periódica. Muitos, porém, revelaram certo receio em seguir orientação de plantio de cultura ou de criação diferente daquela que almejavam.

O nível de escolaridade dos assentados (Figura 5) variou entre o analfabetismo, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, mas se apresentou mais alto que os níveis encontrados pelo censo promovido pelo INCRA em 1460 assentamentos oficiais. Os níveis de escolaridade e a comparação entre eles estão bem evidenciados na Figura 6.

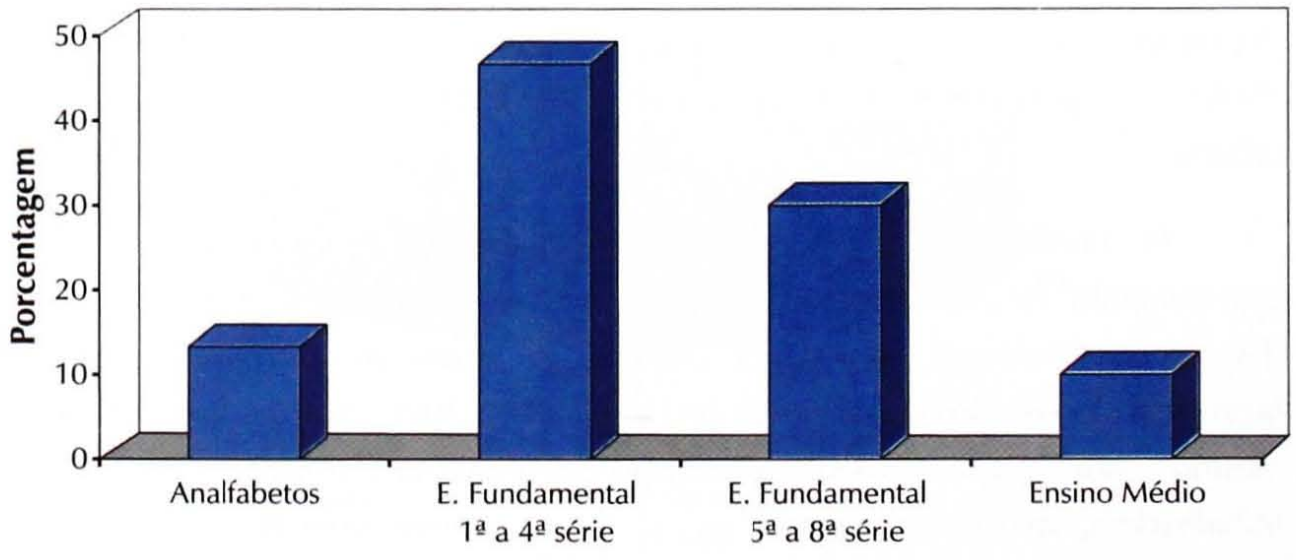


Figura 5. Níveis de escolaridade dos cadastrados do PA Quebra Anzol.

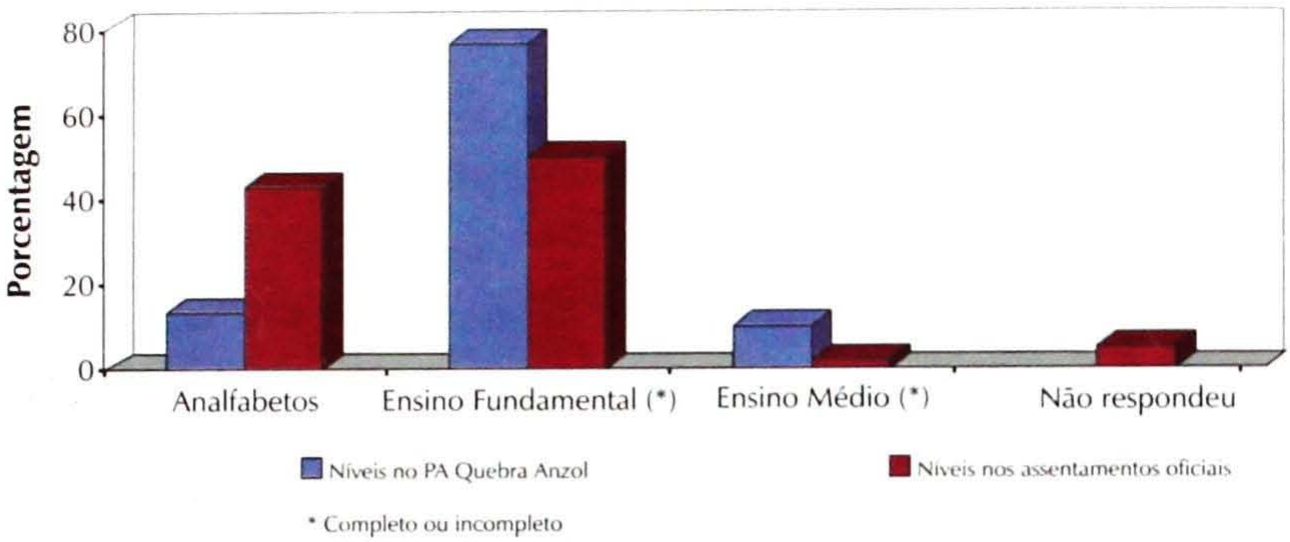


Figura 6. Comparação dos níveis de escolaridade dos cadastrados do PA Quebra Anzol com os níveis dos assentamentos oficiais.

Deve-se observar que, para o estabelecimento do nível de escolaridade no Projeto de Assentamento Quebra Anzol, consideraram-se apenas os membros cadastrados e o censo realizado pelo INCRA, em 1997, as famílias assentadas. Dessa forma, ao se considerar todos os membros das famílias assentadas no Quebra Anzol, o nível de escolaridade seria mais elevado, pois as crianças em idade escolar encontravam-se regularmente matriculadas e a maior parte dos adolescentes ou estudava ou já havia concluído o Ensino Médio.

O alto índice de crianças e adolescentes regularmente matriculados deveu-se à relativa proximidade de áreas urbanas, ao transporte municipal de alunos e à importância que os pais davam ao estudo dos filhos, fator esse bastante relevante. Porém, é importante ressaltar que a maioria das famílias ainda morava na área urbana.

As famílias residentes informaram que as maiores dificuldades no assentamento referiam-se à falta de trabalho remunerado e à falta de casa (Figura 7). Conforme abordagem anterior, no início do movimento, muitos fazendeiros da região não contratavam os sem-terra, fosse *"por medo ou ruindade mesmo"*[6], opinião que mudou por reconhecerem que *"os sem-terra são gente boa, trabalhadora, não são baderneiros*[7]*"*.

[6] Ademar Moreira Fernandes, assentado. Entrevista feita em abril de 2001.
[7] Idem.

O reconhecimento da seriedade dos sem-terra, por parte dos fazendeiros locais, e, conseqüentemente, pela comunidade local, implicou também o reconhecimento da seriedade e da validade da causa dos sem-terra.

No entendimento dos assentados, o maior problema enfrentado no assentamento foi a demora no parcelamento da área, aliando-se a este a falta de crédito rural, assistência técnica, trabalho remunerado e pouca terra para muitas famílias (Figura 8) constituíam problemas que também os preocupavam e os afligiam. Em relação ao item "trabalho remunerado", deve-se observar que o não-parcelamento da área obrigava-os a procurar trabalho para garantir o sustento da família.

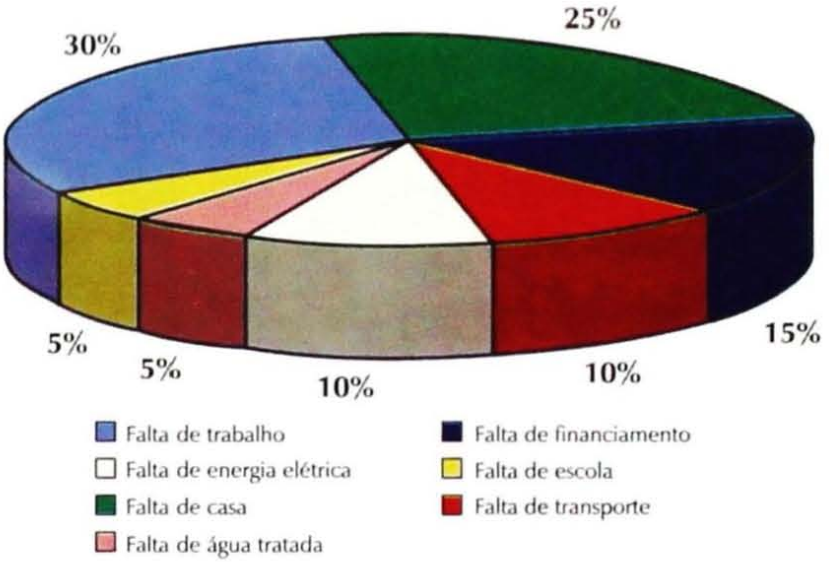


Figura 7. Dificuldades da vida no assentamento.

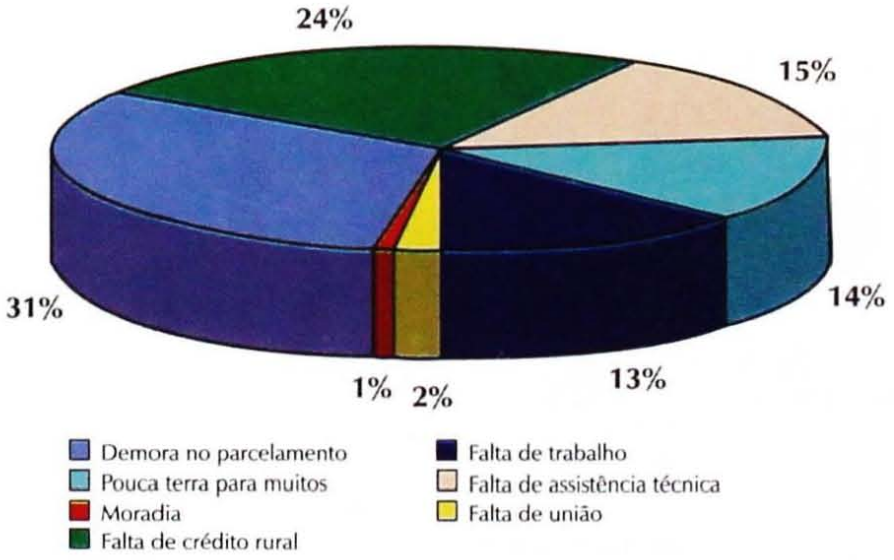


Figura 8. Maiores problemas do assentamento.

Embora a moradia tenha sido apontada como uma das grandes dificuldades da vida no assentamento (Figura 6), ela não constituiu um dos maiores problemas (Figura 7). Isto pode parecer antagônico, mas perfeitamente compreensível porque depois do parcelamento, o crédito habitação é liberado, ou seja, resolvido o problema de parcelamento da área, resolve-se a questão da moradia.

Sobre a questão *"pouca terra para muitas famílias"* é importante ressaltar que, o estudo preliminar do PA Quebra Anzol apontou 37 famílias como a capacidade do assentamento, considerando-se uma área 1183 hectares. No entanto, ações do proprietário contra o INCRA redundaram na perda de 116 hectares, gerando alguns conflitos internos, já mencionados.

Depois do parcelamento da área, os assentados informaram que as maiores necessidades seriam financiamento/crédito rural e escola em local mais próximo (Figura 9), demonstrando mais uma vez a preocupação dos pais com o estudo e, conseqüentemente com o futuro dos filhos.

Com o parcelamento, a assistência técnica passou a ser uma necessidade, mas deixou de ser um problema, tal como a questão da moradia, uma vez que o INCRA-MG mantém um convênio com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MG) para a elaboração dos planos de desenvolvimento auto-sustentáveis dos projetos de assentamento e assistência técnica.

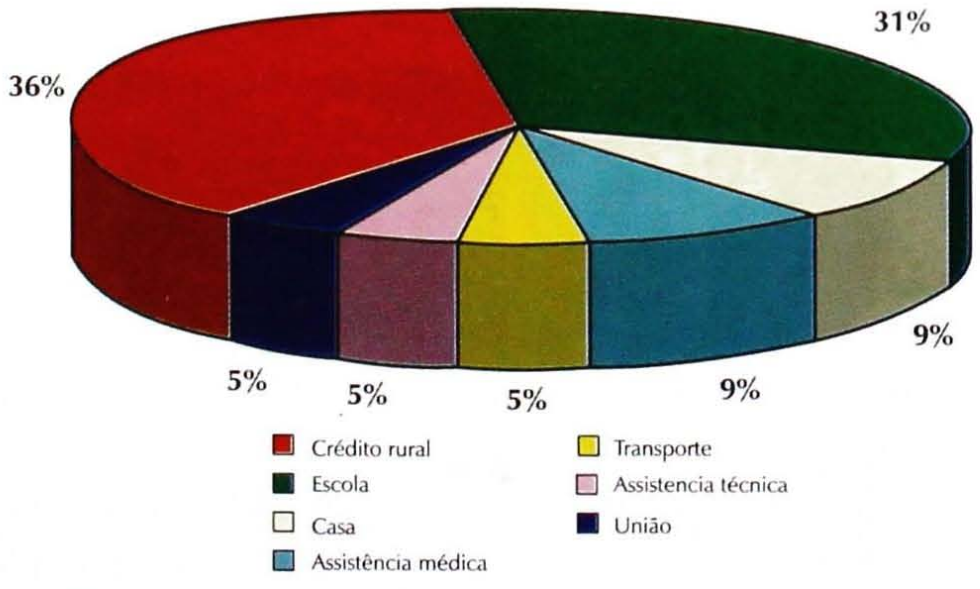


Figura 9. Necessidades mais prementes depois do parcelamento.

No uso da terra, as culturas agrícolas apareceram com maior freqüência do que a criação de animais. As culturas agrícolas e as espécies animais pretendidas estão apresentadas nas Figuras 10 e 11 respectivamente. Tais informações compõem um subsídio valioso para a execução do anteprojeto de parcelamento, planejamento da futura propriedade, elaboração de plano de assistência técnica e capacitação dos assentados.

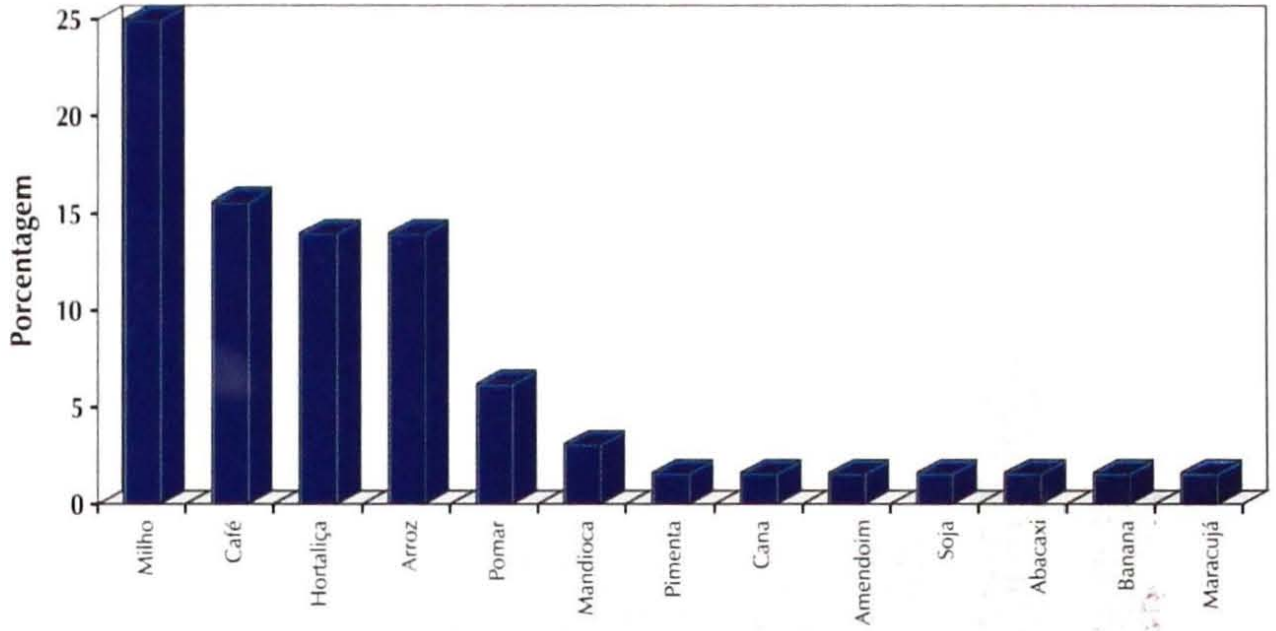
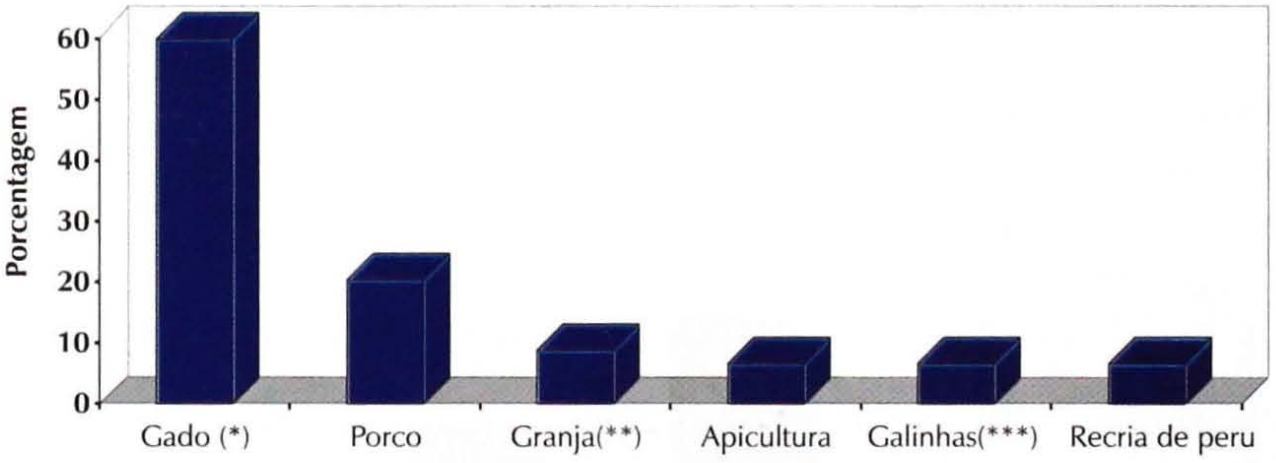


Figura 10. Uso agrícola das terras pretendido pelos assentados.



(*) Refere-se basicamente a criação de gado de leite

(**) Refere-se basicamente a produção de ovos e frango abatido para o mercado

(***) Refere-se basicamente ao consumo doméstico

Figura 11. Espécies de animais para criação pretendidas pelos assentados.

As expectativas e os anseios registrados na Figura 12 estão relacionados à possibilidade de uma vida melhor, traduzida em dignidade, tranqüilidade, segurança, aquisição de bens materiais e, sobretudo, estabilidade e ajuda nos estudos dos filhos.

A possibilidade de trabalhar em paz, ser seu próprio patrão, não dever nada a ninguém, significa ter autonomia para definir, planejar e executar suas atividades, seus horários: libertar-se do trabalho cativo.

Embora o desempenho do INCRA nos processos de negociação e desapropriação tenha sido considerado bom, a lentidão foi a melhor definição para o seu desempenho (Figura 13).

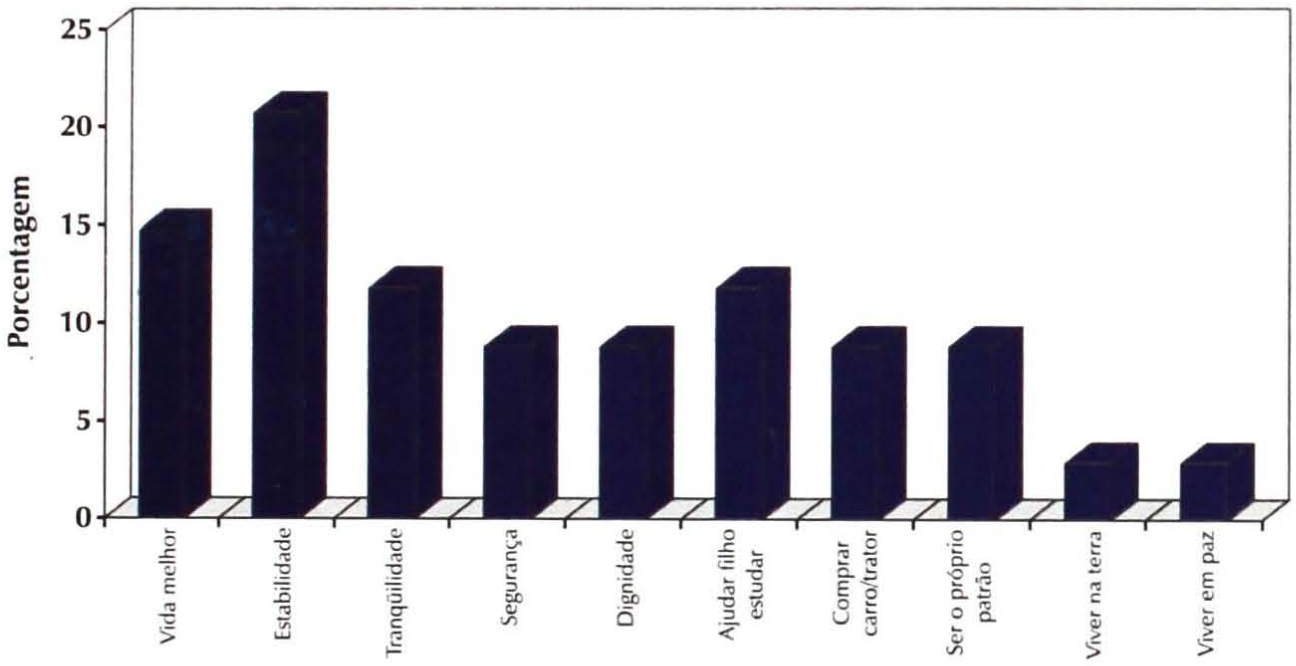


Figura 12. Expectativas dos assentados com relação ao seu lote.

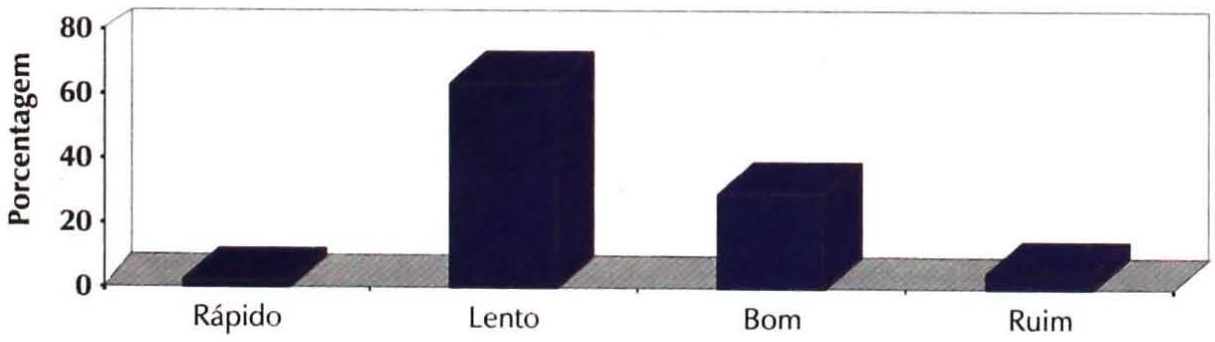


Figura 13. Desempenho do INCRA na visão dos assentados.

O conceito de lento, porém, considerado bom, foi formado e sentido ao longo do processo de luta e conquista da terra, como exemplo, cita-se a demora na divisão dos lotes (Figura 8) como o maior problema enfrentado pelo assentamento, no período em que o trabalho foi realizado.

Considerações Finais

A grande maioria dos assentados (94%) é proveniente da microrregião do Quebra Anzol e desses 88% têm origem no campo, dados que derrubam o preconceito da falta de intimidade do assentado com a terra.

O gosto pelo trabalho na terra, o desemprego e a falta de terra para trabalhar foram os principais motivos que levaram os assentados a aderirem ao movimento de luta pela terra.

A demora no parcelamento e a falta de crédito rural, no período que antecedeu ao parcelamento, obrigou a maioria dos assentados a procurar trabalho remunerado que, no início da ocupação era negado, e hoje aceito como reconhecimento da seriedade do movimento.

Nas pretensões quanto ao uso da terra, predomina a agricultura, sobressaindo as culturas de milho, feijão, arroz, café e frutíferas (pomar). Na pecuária destaca-se a criação de gado de leite. As expectativas pessoais referem-se à possibilidade de uma vida melhor, caracterizada pela estabilidade, dignidade, tranqüilidade, segurança, aquisição de bens e ajuda aos estudos dos filhos.

Torna-se, por fim, importante relatar que a força de vontade, a seriedade e a resistência dos assentados são características que permitiram suportar a vida dura dos acampamentos e o descaso do governo na busca do sonho de liberdade, fartura, segurança e dignidade, traduzidos "num pedaço de chão... "

Referências Bibliográficas

GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997. 366 p.

NETTO, V. Com rádio e fogão. **Veja,** São Paulo, p. 32-33, 25 jun. 1977.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985. 287 p.

Capítulo 5

História e Registros da Memória dos Moradores do Assentamento

Marina de Fátima Vilela
Vicente Paulo Soares
France Maria Gontijo Coelho

História e Registros da Memória dos Moradores do Assentamento

... eu nem sabia o que era a reforma agrária. Eu vim prá cá por meio do sindicato... a reforma agrária é uma coisa muito boa que foi inventada, porque por meio dessa reforma agrária, são muitos que vão deixar de passar fome, vão produzir e às vezes até dar serviço pra outros. A reforma agrária é uma coisa muito boa que não pode acabar, tem de continuar.

(Martinho Anastácio da Silva, assentado)

Introdução

O registro da memória dos excluídos não é uma tarefa simples, pois exige disciplina na escuta dos relatos do outro e, fundamentalmente, respeito por sua lógica original que às vezes causa estranheza, outras vezes esclarecimento de problemas comuns a nós mesmos. As lembranças mudam diante das novas vivências, e novos valores são construídos na dinâmica das realizações ou das frustrações.

O relato de história oral, como define Thompson (1992), trabalha a relação passado-presente-futuro e a narrativa histórica realizada que encontra o sentido das ações humanas. Assim, guardar para reflexão lembranças colhidas e registros de memória é guardar o tempo como momento de elaboração, trazendo para o presente, o passado, bem como as razões das condições presentes e as possibilidades futuras.

Começar esta obra pelas descrições e pela análise de contextos mais amplos e concluí-la com a memória/história do grupo pode parecer um paradoxo. Entretanto, o relato final só foi possível ser construído depois das aproximações sucessivas, descritas nos capítulos anteriores que ensinaram a pensar e a escrever as configurações do espaço como construção social e como representação de desejos.

Uma reforma agrária, voltada para os excluídos, na qual se aliam trabalho, dignidade e comida na mesa, exige, em primeira instância, conhecer os futuros assentados, como vivem, o que pensam, as pretensões, os anseios e os sonhos que norteiam a luta e a conquista da terra, do pedaço de chão, *"o lugar sagrado que a alma percorre"* (D'AQUINO, 1996, p.14).

Esse relato sistematiza significados expressos para os sonhos, anseios, angústias e medos desses personagens. Nesse momento, aproximamo-nos daqueles homens, mulheres e crianças naquilo que eles têm de herança cultural e de origem.

A Esperança de um Pedaço de Chão

Para se tornarem sem-terra, abandonaram o lugar onde viviam em busca de uma vida melhor. Muitos não conseguiam sobreviver na pequena propriedade dos pais ou andavam sem rumo. Entretanto, seis anos vivendo sob a lona preta de um barraco construído de improviso, endurece a relação das pessoas, obscurece os sonhos, exaure as forças e, por vezes, faz perder a própria esperança e a coragem para a mudança. A convivência cotidiana e as relações de vizinhança adquirem um caráter temporário-permanente, com o gosto amargo do abandono.

Em muitos assentamentos, essa descontinuidade das realizações faz com que se demarquem os lotes com base na experiência e no conhecimento de alguns companheiros familiarizados com medições de terras. Muitas vezes essas alternativas acabam gerando sentimentos de injustiça e conflitos, principalmente, quando da correção com instrumental técnico mais apropriado quase sempre sem a preocupação metodológica participativa. A demora na definição do delineamento espacial dos assentamentos acirra impasses nas relações sociais que estão sendo definidas e surgem dificuldades impossíveis de se imaginar na dimensão política desses desgastes.

A antiga fazenda Quebra Anzol não foi diferente de muitos assentamentos realizados, até o momento, no Brasil. A busca por uma vida melhor foi o sonho e a aspiração que movimentou famílias inteiras que expulsas lá e cá, chegaram no local lutando por reforma agrária como a última esperança para a conquista da terra.

A fazenda foi ocupada em 1997, mas, por ordem judicial, as famílias ocupantes tiveram de se retirar e por sete meses ficaram à beira do asfalto. Quando permitiram adentrar a fazenda, iniciou-se um longo processo de espera: não só para elaboração do projeto de assentamento, como também para o parcelamento dos lotes.

O que se viu, as histórias que se ouviram, cada uma delas com suas particularidades, estão longe de um final feliz. A luta e a conquista da terra representam uma etapa, senão a mais importante, pelo menos a mais decisiva, com a qual esperam iniciar o processo de inclusão social. Ao longo das entrevistas e, principalmente, nas conversas diárias, observou-se que a vida das trinta e sete famílias assentadas do Quebra Anzol tem sido marcada por embates, com algumas vitórias e outras tantas derrotas e muitas cicatrizes que ainda ferem o corpo e a alma. Entender e respeitar essas cicatrizes talvez seja o primeiro passo para uma intervenção que realmente possa contribuir na solução dos problemas identificados por eles. Por isso, é tão importante saber dessa gente que nos fala aos pedacinhos: quem são, o que pensam, quais as pretensões, os anseios, os sonhos, as angústias, as mágoas e os medos:

> *... é o meu sonho. Eu fui nascida e criada na roça. Morávamos na fazenda dos outros. Depois eu casei e meu marido plantou de a meia para os outros, mas o pedacinho de terra da gente, a gente nunca conseguiu*[1].
>
> *... a minha paixão é morrer numa terra minha*[2].
>
> *... ter um pedacinho de terra pros nossos filhos trabalhar tranqüilo e sair do sufoco... eu pensava, trabalhando e lutando... pensava em um dia comprar um pedacinho de terra para eles...* [referindo-se aos filhos] *um pedaço de terra: isso, pra mim, é a coisa maior do mundo*[3].
>
> *... ter um pedacinho de terra é quase uma nova vida, é lutar e trabalhar no nosso chãozinho pra poder acabar de criar os filhos*[4].

[1] Teodora Fontes de Oliveira, 55 anos, assentada. Entrevista realizada em abril de 2001.
[2] João Batista Lino, 48 anos, ex-funcionário da fazenda Quebra Anzol, hoje Assentado. Entrevista realizada em abril de 2001.
[3] Martinho Anastácio da Silva, 64 anos, assentado. Entrevista realizada em abril de 2001.
[4] Ademar Moreira Fernandes, 46 anos, assentado e então presidente da associação que representa os assentados. Entrevista realizada em abril de 2001.

... trabalhei produzindo, mas nunca tinha lucro, e eu sempre pensando: um dia eu quero a minha terra. Eu preciso tratar da minha família, eu criei os meus filhos tudo na roça com dificuldade e sempre pensando: eu queria uma terra, queria mesmo[5].

... toda a vida esperei por um pedaço de chão: trabalhar para fazendeiro é a pior coisa[6].

... quero deixar de ser empregado e ser patrão, por mais simples que seja, eu quero ser meu patrão[7].

Nesses relatos, os sonhos descritos moveram famílias inteiras: a volta à terra, o porto seguro, o início de uma nova vida. O sentido da vida para eles é conseguir criar os filhos, e o futuro da família será assegurado pela herança de um pedaço de chão. A melhor coisa do mundo é trabalhar sem o tempo "encarcerado", é ter autonomia para administrar as atividades e o tempo que, em princípio, é próprio de cada um.

Essas pessoas que atropelaram o destino buscando esses sonhos "no braço", apresentam trajetórias de vida das mais diferentes ou distantes, mas que, num dado momento, cruzaram-se em determinado tempo e espaço: são donas de casa, pedreiros, encanadores que não encontraram emprego na cidade. São também trabalhadores rurais que trabalhavam como meeiros ou diaristas, alguns deles até tentaram a vida nas cidades, mas não se adaptaram por faltar-lhes emprego ou formação necessária. Nessas condições, que entendem como sendo diferenças, tiram o próprio sustento do trabalho que executam e precisam de meios para sobreviver ao desemprego e manter a dignidade.

Esses trabalhadores rurais, pedreiros, encanadores e donas de casa conheceram a reforma agrária por meio da ação dos sindicatos, das igrejas em manifestações populares e aderiram ao movimento de luta pela terra. Essa opção deu-lhes novo sentido na vida e criou a expectativa de que, com a terra, tudo mudaria para melhor.

---

[5] Jorge Ferreira Filho, 50 anos, assentado. Entrevista realizada em abril de 2001.
[6] Valdir Rodrigues dos Santos, 55 anos, assentado. Entrevista realizada em abril de 2001.
[7] Arnaldo Divino de Castro, 45 anos, assentado. Entrevista realizada em abril de 2001.

Os trechos das entrevistas, apresentados na seqüência, resgatam parte da trajetória de vida dos assentados até a chegada ao PA Quebra Anzol. Essa trajetória ora representativa de muitos, ora singular, permitiu uma leitura mais próxima da realidade vivida e traçada por eles ao nos explicar por que chegaram ali.

> *... Em 1995, o pessoal do sindicato me convidou pra participar de algumas reuniões pra eu tomar conhecimento. Eu não conhecia a reforma agrária porque não era divulgada na região... Eu aprendi o que é a reforma agrária e fui tomando conhecimento de como funciona... Quando ocupamos a fazenda Papagaio eu ficava ouvindo o rádio, eu fiquei um ano e quatro meses ouvindo todos os dias: reforma agrária, reforma agrária, mas não falava fazenda Papagaio. A fazenda Papagaio não foi desapropriada e então fomos transferidos para a fazenda Quebra Anzol*[8].

Nesse depoimento, assim como em tantos outros, evidencia-se a importância do movimento sindical (no caso, o sindicato de trabalhadores rurais) na formação política do indivíduo. O desenvolvimento da consciência do direito de acesso à terra como forma de superação da exclusão social ficou explicitado em outro depoimento:

> *... é uma luta que eu achava bonita... as caminhadas até Brasília... eu e a minha Dalva participamos do Grito da Terra... Eu sentei na cadeira do presidente do INCRA quando o prédio foi invadido. Após um assalto sofrido em Brasília, entrei para o movimento e já tem quatro anos que eu tô na luta. O meu endereço é aqui, e quem me julgou, quem não dava nada por mim, hoje vê a minha roça: eu já plantei, já colhi, já comi, estou plantando... hoje eu já não me considero um sem-terra...*[9]

Esse depoimento é de um dos poucos assentados que não tem origem direta no campo e nele é evidente a mudança radical de seu estilo de vida como assentado que, depois das decepções e sofrimentos na vida urbana e de se tornar vítima da violência, engajou-se num processo que permitiu experimentar condições inimagináveis para um constante desempregado.

[8] Arnaldo Divino de Castro, op.cit.

[9] João Batista de Oliveira (João Bolo), 50 anos, assentado. Entrevista realizada em abril de 2001.

A expressão *"hoje eu já não me considero um sem-terra"* merece análise, pois reflete a perspectiva política do mediador do movimento que atua junto aos assentados desse PA. Nesse sentido, cabe esclarecer que, para alguns mediadores, o acesso à terra implica deixar de ser um sem-terra, para outros, o fato de ainda existir um sem-terra, faz com que os beneficiários da reforma agrária ainda se considerem sem-terra, pois sabem que o processo não acaba nesse momento. No primeiro tipo de perspectiva está a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e no segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST).

Na organização das histórias de vida dos assentados, não há quem não se depare com depoimentos do problema do alcoolismo. No PA Quebra Anzol, embora apenas três pessoas tenham se identificado como ex-alcoólatras, foi observado que, pelo menos mais quatro assentados e respectivos cônjuges apresentavam problemas com a bebida. Além disso, foi possível observar que muitos outros bebem com menor freqüência e quantidade, mas rotineiramente.

Diante disso, é possível inferir que, em alguns setores sociais que viveram ou ainda vivem, ocorreram processos violentos de exclusão social, que propiciaram condição fértil para a dependência alcoólica, principalmente, a cachaça, bebida barata com significado cultural quase ritualístico. No trecho que segue, o assentado aponta o problema do alcoolismo, mas nos remete à memória sua busca por um porto seguro, como evidenciado nos comentários a respeito da esposa, o prazer de plantar e de colher. Seu João Bolo apresenta uma trajetória de vida exemplar das dificuldades que essa doença social traz à vida de alguns trabalhadores: aos 18 anos foi para o Amazonas como auxiliar de topografia, retornou a Minas Gerais depois de contrair malária. Devido ao alcoolismo foi, segundo suas palavras, *"encostado como deficiente mental"* e começaram as histórias dos hospitais: Galba Veloso, Santa Maria, Pinel. Num desses hospitais, conheceu uma enfermeira com quem se casou, mas, em conseqüência do alcoolismo, o casamento terminou.

> *... Quando a gente tá bêbado a gente se alegra, mas é uma alegria passageira, falsa... Uma pessoa bêbada amola 40 pessoas, preocupa, se desentende com os outros. Eu fui preso. Que eu consegui contar foram umas 40 vezes, não foi porque eu matei, roubei, mas por causa do alcoolismo. Às vezes eu mesmo pedia para que me prendessem, porque a minha intenção era chegar em casa e quebrar tudo, o que eu fazia não era bater e sim destruir, destruir coisas que eu mesmo comprava*[10].

[10] João Batista de Oliveira (João Bolo), op. cit.

Depois de várias tentativas frustradas de abandonar a bebida, Seu João diz que procurou, há vinte e dois anos, ajuda dos Alcoólicos Anônimos. Hoje está recuperado do alcoolismo e casado e sobre a esposa ele comenta *"... a Dalva, ela me acompanha, me apóia, não é só sexo, eu preciso de uma mulher pra dialogar, conversar e eu tô feliz e peço a Deus que não me deixe recair, peço a ele que me dê uma oportunidade de viver e deixar os outros viverem"*.

A trajetória de vida de muitos assentados remonta a uma origem rural. Filhos de pequenos produtores rurais, de famílias geralmente numerosas que ao se tornarem adultos e constituírem família vêem-se obrigados a abandonar a casa materna, a terra onde cresceram e se criaram, em busca do sustento. A terra, então, tornou-se pequena para tantos. O depoimento abaixo reflete não só o drama do abandono do local de origem como também a vida na cidade, para a qual, na grande maioria das vezes, não se está preparado emocional nem profissionalmente. Para esses assentados, a reforma agrária acaba significando também uma volta às origens, acalentando o sonho distante, mas sempre presente, do pedaço de chão, do lugar abençoado, o lugar da família, do trabalho, da dignidade e da fartura.

> *... Somos quatorze irmãos, lutávamos trabalhando a meia, trabalhando com meu pai... no tempo da roça* (referindo-se as chuvas) *plantávamos, no tempo da seca fazíamos rapadura pra vender... desde que eu parava em cima de um cavalo eu já montava para tocar o engenho... crescemos e casamos e a terrinha do meu pai ficou pequena pra tanta gente... na cidade eu não consigo viver, dinheiro pra comprar um pedacinho de chão a gente não tem, o jeito foi entrar pro movimento e lutar na esperança de um dia ter nossa terrinha*[11].

No grupo de assentados, alguns se distinguem pela experiência na direção sindical e do movimento. O relato de uma líder sindical evidencia muito bem a importância dessa participação ao mesmo tempo em que mostra o papel motivador tutelar que a Igreja assume no início do processo de conscientização dos direitos e da exclusão social, como fundamentos da luta pela terra.

[11] Ademar Moreira Fernandes, op. cit.

> *... Conheci a reforma agrária por intermédio de um padre... O padre foi embora por pregar realmente a reforma agrária, foi mandado embora. Então o trabalho começou a enfraquecer. Eu me senti fraca, tinha que deixar meus pais na roça e trabalhar no sindicato... a reforma agrária não saia da minha cabeça de maneira alguma. De repente conseguimos um grupo, pedimos ao INCRA que fizesse a vistoria na fazenda, e esse grupo hoje tem um fruto aqui... saber que você está chegando perto do sonho parece com uma sensação de você estar morrendo de sede alguém chega com um copo de água*[12].

O simbolismo, os rituais e a pedagogia reflexiva da Igreja compõem um quadro de práticas sociais nada estranhas à vida desses personagens. A atuação dos setores avançados foi fundamental para o surgimento de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST) no Brasil. A Teologia da Libertação, movimento formado pelo setor mais progressista da Igreja católica, entre outros aspectos prega a opção pelos pobres, como dizia Dom Luís Fernandes em 1984:

> *Essa Igreja pelos pobres tem um papel não desprezível nas lutas sociais. Concilia fé com solidariedade humana, prática religiosa com prática política, vivência cristã com vivência social. Montam-se com reza e mutirão, com evangelho e realidade, com fé em Deus e luta do povo.* (GONÇALO, 2001, p.81).

Uma das principais ações da Igreja em relação à realidade do campo foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que trabalha com paróquias nas periferias urbanas e comunidades rurais. Ao participar da organização e da luta dos trabalhadores, instala-se um processo que ajuda esses agentes a compreender as diversas dimensões do espaço social onde vivem. Assim, a Igreja tem importante papel na elaboração das formas de organização social das quais emergem muitos dos movimentos sociais (GONÇALO, 2001).

A Igreja incorporar em seus rituais e trabalhos ações de cultura e promover a reflexão da realidade econômica do povo, por meio da leitura do evangelho, cria

[12] Alícia Alves Cardoso, assentada e presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patos de Minas.

uma associação entre as condições de vida da população excluída e a necessidade de luta das comunidades. Nessa pedagogia do oprimido, alguns setores da Igreja têm incentivado e motivado indivíduos a manifestarem-se, além de mobilizar a articulação de forças para ações de resistência contra injustiças.

A esperança de um futuro melhor fundamentado na fé religiosa é demonstrada das mais diferentes formas pelos assentados do Quebra-Anzol. Como se pode observar nas transcrições seqüentes, os depoimentos evidenciam quão é importante e necessário que os órgãos governamentais competentes, a Igreja e seus dirigentes, além de alentar esperanças, exerçam um papel responsável e fundamental nas reflexões políticas, na formação da consciência dos direitos e deveres do sem-terra, como indivíduo, para consigo mesmo e perante a sociedade e que, além de apontar caminhos, siga conjuntamente, sobretudo, nos momentos de maior gravidade nas vidas desses assentados.

> *... minha mulher estava desenganada pelo médico, isso foi no mês de julho, então eu disse: dia 15 de agosto nos vamos pra romaria de Nossa Senhora da Abadia. Graças a Deus ela está aí forte e sã. Já fui 3 vezes na romaria a pé e vou continuar indo enquanto vivo estiver*[13].

> *... eu tenho fé em Deus que um dia, do jeito que está hoje, dia 18 de abril de 2001, este sonho vai se concretizar e pra que esse sonho se concretize: eu plantar, colher, primeiro eu preciso acreditar num poder superior que é Deus e o INCRA respeitar mais eu, Arnaldo Divino de Castro, brasileiro, mineiro...*[14]

A opinião pública, tal qual a Igreja, tem papel importante na reforma agrária, embora as ações devam ser mais significativas e os passos mais rápidos. Alguns dos indicadores da aceitação e apoio ao movimento da reforma agrária vão da interação dos moradores da cidade com o assentado ou o acampado, da doação de alimentos pela sociedade aos acampamentos, das palavras de incentivo de motoristas e caminhoneiros aos acampamentos à beira da estrada (STÉDILE, 2000).

[13] João Batista Lino, op. cit.
[14] Arnaldo Divino de Castro, op. cit.

Embora a imprensa falada e escrita denigra a imagem do movimento de luta pela terra, principalmente, as lutas do MST, a sociedade tem reconhecido a legitimidade do movimento e o tem apoiado cada vez mais. Essa ação da mídia no País continua apesar de o MST ser, internacionalmente, considerado um fenômeno inédito na história das lutas populares (GLASS et al., 2000).

Quando houve a ocupação da fazenda Quebra Anzol, uma das maiores dificuldades foi encontrar trabalho, já que um acordo entre sem-terras, INCRA e Justiça estabeleceu que nada poderia ser alterado ou cultivado até segunda ordem. Os fazendeiros da região não deram trabalho aos sem-terra, fosse por medo ou não-aceitação. Com o tempo, a seriedade da causa foi reconhecida e, na época da pesquisa, os fazendeiros ofereciam trabalho em períodos de safra, criando relações de amizades e até mesmo de apadrinhamento.

Os Conflitos Internos, as Razões Externas e o Consenso

O processo de ocupação da fazenda gerou conflitos, medo, fome, falta de trabalho, condições de vida subumanas, além da saudade da família separada pela distância.

> *... Meu marido veio primeiro. Ele veio e eu vinha de vez em quando, nas férias quando não tinha aula dos meninos e final de semana, vinha e ficava aqui. Toda a vida eu gostei de tá no mato, pra mim não tem coisa melhor. Vim, só que aí veio a polícia e falou que era pra sair das terras, pra ir pro corredor* [asfalto], *nós fomos, fizemos a barraca: era pra ficar 72 horas ficamos 7 meses. Eu saia pra pescar, mexia com uma hortinha lá na beira do asfalto porque a gente ficou muito tempo lá, e fizemos esse menininho aqui, o Samuel, lá na beira do corredor. Aí deu o decreto que já podia entrar nas terras. Nós fizemos a barraca e até hoje tá na esperança de ficar aqui. Meus meninos adoram aqui, tem paixão. É difícil... foi difícil. Os três já até dividiram a gleba. Isso aqui foi difícil pra nós, comemos o pão que o diabo amassou com o rabo. Passamos falta, serviço não tinha: os fazendeiros tinham medo dos sem-terra, não dava serviço e ele* [referindo-se ao marido] *lutava pra não faltar nada. Achei difícil... vou sentir falta de tudo,*

água, luz, conforto. Mas não senti não, meu problema de pressão parece ter acabado, talvez seja o ar livre. Isso aqui é a vida dos meus filhos... e ter o nosso pedaço de terra é muito gratificante, isso é o nosso sonho, dos meninos também, nós sofremos junto, foi e é válida a luta. Se eu tivesse que passar de novo por isso eu passava, o que eu passei eu passava, a gente não pode perder essa terra, tá doido, nós lutamos demais[15]

... Esse tempo, a gente tá cansado. A gente cansa, é um sofrimento ficar debaixo de um barraco de lona, a gente não pode fazer uma casa, porque não tem condição, a gente fica doido, muitas vezes eu pensei: vou largar isso aqui, eu vou embora. Mas eu não podia perder essa oportunidade de jeito nenhum, então a gente fica naquela expectativa de hoje ou amanhã alguém chegar e dizer: seu Jorge esse pedaço aqui tá demarcado pro senhor. Não tem como expressar a emoção, a emoção é grande de ter sua própria terra[16].

... A gente não tinha praticamente nada de comer pra comer, a dificuldade era a gente sair caçando trabalho nas fazendas. Uns fazendeiros davam serviços, outros não, o sindicato, a federação, o INCRA não mandava cesta nem nada, nós tinha que lutar do braço...[17]

... De sem-terra ninguém gosta. Um dia tinha serviço, outro não tinha, às vezes passava a semana inteira sem trabalho... Um dia tem o que comer, o outro dia não tem, não saber de onde tirar a comida: isso é muito doído... a minha maior preocupação era com a minha família, eu tenho muito amor a eles, o meu povo! Então eu ficava pensando: e agora como é que eu faço, se nada der certo...[18]

Além da fome, do medo, da angústia, da falta de trabalho para o sustento da família no início da ocupação, somou-se a lentidão no processo de parcelamento da área que gerou um grave clima de incerteza e até mesmo de revolta.

[15] Susana Lima de Sousa, 38 anos, assentada. Entrevista realizada em abril de 2001.
[16] Jorge Ferreira Filho, op. cit.
[17] Ademar Moreira Fernandes, op. cit.
[18] Martinho Anastácio da Silva, op. cit.

... A demora está deixando todo mundo desesperado. Esse povo que está vivendo realmente debaixo da lona é pra estar num desespero louco. Tem coisa que não dá pra entender. Já negociou a fazenda e a gente fica nessa, se o sujeito for fraco ele desiste, porque isso aqui... [apontando para o barraco de lona] *Cê tá é louco! Tem de ser um pouco doido pra superar viver debaixo de uma lona a espera de um amanhã, amanhã, amanhã... A reforma agrária, essa pra mim é só no papel e eu falo: vai sair do papel, pelo amor de Deus!... Eu vou falar da realidade nossa: está lento, lento demais. Eu não sei de quem é a culpa, a culpa já vem de lá de cima... eu acho que essa lentidão já é do processo, pra não sair do papel... já são cinco anos...*[19]

... a expectativa, aquele sonho de dias melhores é muito demorado, e o desgaste mental é grande...[20]

... a gente fica numa incerteza, fica assim vagando. Eu tô lá, eu tô aqui, sem saber o que eu faço...[21]

Aqui cabe um parêntesis sobre a tese de que essa lentidão do processo seria estratégica para que a reforma agrária não saísse do papel. Essa idéia foi lançada pela então presidente do Sindicato de Trabalhadores de Patos de Minas e assentada, Alícia Alves Cardoso. Segundo as palavras de João Pedro Stédile, um dos líderes do MST, o governo de Fernando Henrique Cardoso afirmava em *"off" "... para nós é mais barato aposentar o pequeno agricultor do que criar um programa de subsídio"* (STÉDILE, 2000, p.31), mesmo sabendo que a agricultura no mundo inteiro é subsidiada e isto inclui Estados Unidos, Europa e Japão. A postura do então governo não se referia diretamente à reforma agrária, mas a afetava diretamente, uma vez que o pequeno produtor, sem condições de se manter na terra, acabaria por engrossar a massa de sem-terra. Aqueles que foram assentados pela reforma agrária, hoje pequenos produtores, não tendo condições mínimas de financiamento e assistência técnica, também acabam, na maioria das vezes, perdendo ou abandonando a terra, criando um círculo vicioso. A solução encontra-se numa

[19] Alícia Alves Cardoso, op. cit.
[20] Arnaldo Divino de Castro, op. cit.
[21] Jorge Ferreira Filho, op. cit.

reestruturação agrária conjunta a uma política econômica que viabilize a produção, a sobrevivência, a valorização e a permanência do pequeno produtor no campo.

A necessidade de uma política econômica para a agricultura é estratégica para o desenvolvimento do País, como confirmam os dados apresentados nos relatórios da FAO sobre as diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável (FAO, 1995) e os principais indicadores socioeconômicos nos assentamentos (FAO, 1992) e por Valverde (2000).

O clima de incerteza, ao qual os assentados estavam submetidos, gerava ansiedade e uma quase letargia das ações aumentando a tensão. Com isto, observava-se claramente, o surgimento de boatos que tomavam uma dimensão não condizente com a realidade.

> *... Podia ser mais rápido porque o sofrimento é grande demais... não é só pelo INCRA, mas o governo devia ser mais rápido... devia ser mais rápido até para evitar conflito, porque sai conversa de todo o tipo*[22].

> *... Nós éramos mais unido, a gente tinha uma meta só, só uma linha pra andar e só um destino. De repente quando a gente está quase no final, começa as desavença, os disse-que-disse, as fofocas, boatos, as desconfianças, talvez seja o cansaço da espera*[23].

Nessas transcrições percebe-se claramente que o PA Quebra Anzol é um exemplo de projeto cujo "tempo de implementação" foi excessivamente longo, gerando disputas e conflitos internos dos mais diversos.

As disputas, os conflitos internos e a possibilidade de exclusão de alguns membros, ante a perda de 116 hectares da fazenda, geraram uma situação de revolta e uma sensação de impotência diante dos fatos. A decepção com o movimento e com os companheiros foi quase inevitável nesses momentos, sentimentos bastante evidentes no depoimento de uma das assentadas:

[22] Martinho Anastácio da Silva, op. cit.
[23] Irene Aparecida dos Reis, 38 anos, assentada. Entrevista realizada em abril de 2001.

... ficamos lá três meses. Enquanto encobria um carro da polícia lá naquele alto, descia outro. Eram essas mesmas famílias que estava aqui dentro e com menino! A polícia chegava no barraco, imprensava, pressionava e tínhamos que correr para tudo quanto é lugar. Os homens não tinham tempo de trabalhar, porque a polícia e os donos da fazenda não davam folga. Fomos pro asfalto. Quem foi pro asfalto!? Quem ia largar o serviço da cidade?! Deixar a cidade pra morar no asfalto?! Morávamos lá em baixo [referindo-se ao primeiro local de ocupação da fazenda] *Fomos pro asfalto... ninguém quis, agora, a hora que volta pra fazenda e faz o barraquinho pra ficar, que faz sua rocinha, eles vão querer tomar! Por quê não ficou todo mundo acampado?! Se todos que cadastraram tivessem ficado aqui dentro e tudo junto, se ninguém tivesse largado o acampamento, daria sorteio nos lotes. Agora doze ficam acampados pra trinta e sete, e chega na hora eles querem os pedaços maiores e melhores e ainda jogar a gente pra fora!* [24]

O trecho final refere-se ao momento de decisão sobre a prioridade na escolha dos lotes diante do fato de que apenas doze das 37 famílias haviam resistido e moravam no assentamento no momento desta pesquisa. Em momentos como esses não há como manter consenso, pois a realização dos desejos de um implica a exclusão do outro.

Eu, pra falar a verdade, já chorei e foi muito. Teve época que eu falei: eu vô embora daqui porque não tem como ficar, é um desespero! Você fica com aquela raiva, é gente chegando de carro, esses carrão da cidade só vem em dia de reunião e alguns só quando fala que o INCRA tá aqui, é que vem[25].

O conflito gerado entre aqueles que já moravam no assentamento, na época da pesquisa, e os externos tinha sido agravado com a perda dos 120 ha e dos 116 ha durante e depois do processo de desapropriação do INCRA.

A perda inicial não foi bem recebida, mas a posterior foi difícil de assimilar, gerando incerteza e insegurança diante da possibilidade de diminuição do número de beneficiados.

[24] Dilma Luzia Fernandes, 36 anos, assentada. Entrevista realizada em abril de 2001.
[25] Idem

A possibilidade de exclusão de alguns membros do grupo agravou os conflitos entre aqueles que viviam no assentamento e os demais, gerando propostas e atitudes políticas com a formação de dois grupos rivais. Cabe mencionar aqui a orientação do mediador que não tem como princípio de luta, a exigência de que todos os sem-terra morem nos locais reivindicados para assentamento. Provavelmente essa orientação contribuiu para essa diferenciação, os de dentro e os que se mantiveram morando fora da área desapropriada.

A indignação dos que se sentiam usurpados foi claramente percebida nas entrevistas e em ações, como a reivindicação, por aqueles que viviam no assentamento, de um lote de tamanho não inferior a 25 hectares[26].

> *... Poucos lutaram tanto e agora muitos querem terra e não tem lutado. Então, a dificuldade é essa: será que pouca terra dá pra acabar de criar a minha família: eu acho que não!*[27].

Por sua vez, o grupo dos não residentes defendia-se com o argumento de que a eles não foi dado o direito de entrar no assentamento, definir uma área e fazer seu barraco. Mas essa defesa não se sustentava, refletida por frases como: *"O assentamento não fornece as condições mínimas de sobrevivência"*, que *"a vida em barracos de lona não é possível"; "Não há emprego" ou "Não há escola para os filhos"*. No entanto, é curioso notar que as famílias que moravam no assentamento sobreviveram, nessas mesmas condições extremamente precárias e que todas as crianças em idade escolar estudavam.

O consenso só surgiu porque aqueles que viviam fora do assentamento admitiram saber da vida sacrificada dos que lá permaneceram. A maioria deles reconheceu como justa a prioridade de escolha do lote por aqueles que enfrentaram as condições desfavoráveis e que garantiram, a todos, a efetivação do acesso à terra. Ao mesmo tempo, os não-moradores afirmavam que, depois do parcelamento da área e a liberação do crédito habitação[28], viriam em definitivo para o assentamento.

[26] Tamanho médio previsto para as parcelas antes da perda dos 236 hectares.
[27] Ademar Moreira Fernandes, op. cit.
[28] Custeio para a construção da moradia.

A seqüência desses argumentos é destacada para melhor explicitar ao leitor o clima de conflito que foi instalado entre grupos sujeitos a longos processos de incertezas. As questões postas em jogo e os argumentos em disputa, a força e a determinação de uns e outros são observadas com a finalidade de se entender a amplitude das questões de justiça na definição da área geográfica. Entre consenso e discórdia que envolvem a ocupação, foi-se definindo a configuração espacial possível. A todo o momento, a equipe de técnicos orientou-se pela convicção de que o grupo seria capaz de decidir e de concluir quais princípios ou regras orientariam a configuração final, considerando-se as limitações definidas pelo INCRA.

Esse é um exemplo de momentos com os quais qualquer trabalho de orientação técnica se deparará no Brasil. A reforma agrária, até o momento, deu-se como resposta à pressão dos movimentos sociais e não foi uma política coordenada a efetivar, em tempo hábil, as mudanças. Mesmo que as mudanças tivessem sido estabelecidas, a população beneficiada experimentaria um processo de negociação realizada com base em regras morais, de sociabilidade e de relações de poder.

Nesse processo de reconstrução, a capacitação do técnico e dos beneficiários tanto, na argumentação individual quanto na tomada de decisões coletivas, aparece como condição indispensável à realização da nova configuração espacial. A sinceridade e a transparência nas intenções delineiam as possibilidades de consensos não arbitrados externamente. Isso não se aprende na formalidade escolar, mas na ação reflexiva que é um valor academicamente cultivado.

Impasses da Pesquisa

Ao longo das entrevistas, foi possível perceber, no entanto, que alguns assentados não apresentavam intenção explícita de morar no local, apesar de categoricamente afirmarem o contrário. Isso só é perceptível quando, nas conversas descontraídas, aparecem algumas contradições. Essa não-intenção ou dificuldade de morar no assentamento é justificada, sobretudo, pela resistência dos outros membros da família e, na maioria das vezes, são as esposas que apresentam pouco ou nenhum vínculo com a terra.

Nesses momentos, é comum alguns pretendentes escamotearem suas reais intenções quanto a residir no assentamento, principalmente, em razão das incertezas já vividas. Além disso, a exigência do INCRA de que o assentado more no local faz com que o beneficiário tenha receio em expressar-se com transparência, pois, as informações colhidas durante as entrevistas poderiam chegar ao conhecimento do INCRA e resultarem na exclusão.

Aos pesquisadores essa observação criou uma situação delicada. Por serem agentes externos, com a anuência do INCRA, seriam o braço da regulação institucional. Na medida em que a entrevista permite uma relação próxima entre entrevistador e entrevistado, a convivência diária com os assentados permitiu observar que algumas condutas não condiziam com as expressões durante a entrevista. A distância entre os atos de fala e as condutas pode ser explicada pelo clima de conflito mesclado ao medo, à cautela e à desconfiança. O conflito, criado com a perda da área de 116 ha, com a possibilidade de exclusão de alguns membros, justificou uma associação de fatos e idéias que atribuiu ao entrevistador, a condição de excluir os membros excedentes, um mal-entendido esclarecido posteriormente.

O receio de que os resultados das entrevistas fossem utilizados como instrumento de expurgo de alguns pretendentes preocupou a todos. A tensão criada, como dizia Weber (2003), entre as convicções e a responsabilidade pelas conseqüências foi um dos impasses éticos mais sérios. Não se poderia antecipar decisões próprias do grupo de assentados que deveria ter maturidade e características inerentes à sua forma de compreensão e de cultura política. Ao mesmo tempo, dependendo do que se fizesse, poder-se-ia traumatizar o grupo, com expurgos desnecessários ou legitimar a permanência de alguns que não utilizariam a terra para cultivo e criação, em prejuízo dos demais. A solução para essa tensão foi acreditar na capacidade de desenvolvimento da competência autônoma do grupo, tanto na argumentação como nos momentos de decisões.

Outro ponto bastante evidenciado, principalmente, por aqueles que ainda não moravam no assentamento, refere-se ao tamanho das parcelas. Muitos desses, afirmavam que dez ou mesmo cinco hectares poderiam garantir a sobrevivência da

família. Tal afirmativa reflete o temor da possibilidade de exclusão, que provavelmente seria procedida entre os membros externos. Como estes constituíam a maioria[29], uma assembléia decidiu que nenhum membro seria excluído.

Ao final de todo esse processo foi possível observar que ainda persistia a "falta de união do grupo", na expressão deles. Essa falta de coesão foi um fator instigante de conflitos internos, como subentendido nos relatos anteriormente transcritos e mencionados na seqüência.

> *... Hoje, pra mim, o maior problema é não ter dividido. Mas, um problema maior ainda é a desunião do grupo... cada um vai se tornar um pequeno produtor, vamos ficar isolado... Eu quero mais... e um puxa daqui e outro puxa dali, prioridade pode até ter, mas por que tanta ganância? Querer 10, querer 30... me sinto muito machucada e doída*[30].

A visão de que o pequeno produtor vive isolado, não se refere à condição individual, mas à falta de união que impede a formação de uma associação e cooperativa forte e coesa. A entrevistada, líder sindical, conhece bem o assunto. Daí a preocupação com a união do grupo, principalmente, diante da conjuntura que marcava o setor agrícola brasileiro na época.

A expectativa de que o parcelamento da área diminuiria os conflitos não foi verificada num primeiro momento. Alguns insatisfeitos optaram por promover conflitos, conchavos e algumas agressões verbais, o que muitos acreditam ser apenas por um tempo. A maioria já construiu sua casa, formou roça e sentiu o prazer de pisar sua própria terra, sentimentos e sensações que se encontram traduzidos no depoimento de um dos assentados:

> *... Eu sei que vou conseguir o sustento da minha família, eu já estou conseguindo... eu sei que não vou decepcionar ninguém porque eu sou um trabalhador rural e sempre sonhei com um pedaço de terra... Eu plantei um mandiocal, você precisa ver que beleza está... Eu tenho que agradecer aos meus companheiros, quando eu vim pra cá eles me aceitaram de coração, graças a Deus, eu respeito muito eles, faço tudo por eles, procuro sempre a*

[29] De um total de 37 membros cadastrados, estes constituíam 25.
[30] Alícia Alves Cardoso, op. cit.

boa convivência, principalmente com os que estão aqui dentro da fazenda: eu devo muito a eles, não quero desapontar ninguém. E eu tenho de agradecer a minha esposa que sempre me apoiou, que está comigo, porque sair de onde tínhamos conforto, energia, pra ficar debaixo de uma lona preta é preciso muita compreensão e ajuda: se não fosse a minha esposa eu não estaria aqui[31].

Nos Filhos Destes... Pulsam Esperanças e Guardam-se Memórias

As crianças que vivem no assentamento, aquelas que acompanharam a luta dos pais, vivendo sob a lona preta dos barracos, acordando quando o sol ainda dorme para irem à escola, apresentam um olhar e um sorriso diferente daqueles que bailam na face das crianças de periferias pobres das cidades. No assentamento *"tem espaço pra correr, terra pra brincar"*, afirmativas estas também compartilhadas pelos pais, conforme podemos constatar a seguir:

... lá na cidade meus filhos viviam trancados... Eu tinha medo que acontecesse algum acidente porque a rua que a gente morava era muito movimentada... eles brincavam num pedacinho de quintal cimentado, aqui não, aqui tem espaço, eles podem correr de um lado para o outro[32].

Em relação aos adolescentes, convém lembrar que essa fase nos centros urbanos é bastante complexa. As dificuldades nos acampamentos e assentamentos fazem com que sonhos e interesses, tão comuns entre jovens urbanos dessa idade, sejam modificados pelo trabalho, pela luta, decepções e humilhações a que são submetidos. O sofrimento acaba por promover e, até mesmo, exigir um amadurecimento precoce.

Uma das adolescentes que vive no assentamento fez um relato emocionante sobre a luta do pai e depois de toda a família na busca da terra. Esse

[31] Tarcísio Moreira Paulista, 29 anos, assentado. Pai de Andrezza e Ana Luíza, esta nascida no assentamento. Entrevista realizada em abril de 2001.

[32] Susana Lima de Sousa, op. cit.

relato traduz muito bem o amadurecimento da jovem diante das dificuldades, seus sofrimentos e decepções e, ao mesmo tempo, remete-nos aos sonhos e à esperança que o tempo e o amadurecimento precoce não foram capazes de roubar.

Esse relato, em forma de carta, começou a ser escrito quando a família e demais sem-terra encontravam-se à beira do asfalto. A intenção era que esse relato chegasse ao conhecimento do INCRA, para que este conhecesse as reais dificuldades pelas quais as famílias passavam e assim, quem sabe, agir com mais rapidez e humanidade.

Assim começa a nossa história. Bom, morávamos em uma casa boa com nove cômodos e área de serviço; tínhamos água encanada e energia elétrica; a casa era nossa, só que ela era construída nas terras do meu avô!

Não tínhamos até então nem um pedaço de terra, meu pai e eu plantávamos nas terras do meu avô; meu pai plantava e eu ajudava na carpideração.

Meu pai também ajudava o meu avô a tirar leite, só que ele não recebia por aquele serviço. E ainda, quando não era tempo de fazer as plantações, ele trabalhava nas chácaras, na panha de café. Um dia então vendo a nossa dificuldade de vida, meu pai resolveu aderir a reforma agrária, foram chamados, ele e o meu tio, para entrarem na fazenda Papagaio, Município de Guimarânia; disseram a eles que essa fazenda iria demorar somente uns três meses para ser entregue cada lote para o seu respectivo dono, ou melhor, demoraria somente uns três meses para ela ficar pronta. Nos primeiros meses meu pai foi sozinho, pois era muito difícil para eu, minha mãe e meu irmão, que nesta época tinha somente 10 meses, irmos morar num barraco que não tinha nem um tipo de segurança. Eu nessa época estava com 11 anos de idade e era difícil também arrumar escola, pois no início eram poucas famílias, então tinha pouca criança para estudar.

Meu pai chegando na fazenda fez seu barraco e foi à procura de um trabalho, agora teria que trabalhar o dobro, pois teria que mandar dinheiro pra gente, teria que nos visitar e teria que comprar alimentos para ele.

Ele ia nos visitar de 15 em 15 dias, e quando ele chegava era aquela alegria, só que tinha várias contas para pagar: hospital, remédios, consultas, supermercado, eu e meu irmão, principalmente eu que tenho bronquite alérgica, era muito doente e vivia no hospital. Ele ficava conosco no máximo três dias e depois voltava novamente para a fazenda.

Eu e minha mãe vendo as dificuldades que estávamos passando longe do meu pai, e vendo também as dificuldades que o meu pai estava passando sozinho, pois ele tinha que trabalhar na roça, fazer comida, lavar roupa, lavar louças etc. E quantas vezes ele chegou já à noite do trabalho e de tão cansado deitava e adormecia e depois de um sono levantava e fazia comida para, no outro dia bem cedo, ir novamente à luta. Foi por essas dificuldades e outras que decidimos morar todos juntos, pois uma família unida sempre vence as dificuldades, e Deus nunca dá um problema cuja solução não é encontrada. Então meu pai foi nos buscar, mudamos para a fazenda; assim que mudamos comecei a estudar na Guimarânia, minha mãe fazia os trabalhos da casa e meu pai trabalhava na roça. Às vezes, quando era um serviço mais fácil eu, minha mãe e meu irmãozinho íamos também, e quantas vezes já trabalhamos na roça catando maracujá, nas panhas de café etc.

Como eu já tinha dito, essa fazenda iria demorar somente uns meses para ser desapropriada; só que ficamos nela três anos e nada, não tínhamos nem um tipo de apoio ou ajuda, somente recebíamos discriminação de certas pessoas que achavam que roubávamos, matávamos etc. Até que um dia disseram para nós que aquela fazenda não iria ser desapropriada, que ela era produtiva, que os documentos dela eram muito enrolados e que tínhamos que sair dela.

Então, o já falecido Ezequias Reis, nos convidou para irmos para outra fazenda, arrumaram um caminhão para levar nossas coisas para outra fazenda. Chegando nessa fazenda descemos nossas coisas do caminhão e meu pai começou a fazer o barraco. Como já era umas 10 horas da manhã, enquanto meu pai fazia o barraco, minha mãe foi preparar a comida, estava ventando muito, então as chamas do fogão não paravam acesas para

cozinhar, tiveram que colocar o fogão perto de umas árvores e colocaram plástico ao redor das árvores cercando o fogão. Só assim minha mãe conseguiu fazer o almoço, era gente espalhada por todos os lados, quando o almoço ficou pronto almoçamos e terminamos de fazer o barraco bem rápido porque armava uma chuva, colocamos as nossas coisas pra dentro e a chuva caiu, muitas pessoas ao invés de montar seus barracos ficaram pescando e alguns conhecendo a fazenda, quando a chuva veio só tinha uns dois barracos de pé, aí todo mundo correu lá pra casa querendo dormir, como já estava cheio, pois já tinha umas 10 pessoas, lá em casa não tinha jeito, não sei como, mas essas pessoas passaram a noite tampadas com uns plásticos que arrumaram em cima de um fogão e um armário, outras pessoas nem sei como passaram a noite.

No outro dia todos estavam fazendo seus barracos e nesse mesmo dia já chegaram os policiais de todos os lugares querendo que saíssemos da fazenda, conseguimos ficar na fazenda por muito tempo, comecei então a estudar em Ibiá, na Escola Estadual Dr. Pedro Dias dos Reis. Até que no dia 3/12/1998, dia que eu completava 14 anos de idade, tivemos que sair da fazenda para o asfalto, para que o fazendeiro e o INCRA negociasse a fazenda.

Disseram pra gente que iríamos ficar na beira do asfalto apenas por 24 horas e ficamos 6 meses, aí é que sofremos, muita gente foi embora para suas casas e nós ficamos, tinha gente que morava até debaixo da ponte, era crianças, adultos e animais, tudo na beira do asfalto. Mesmo assim agüentamos, continuei estudando, o ônibus pegava a gente na beira do asfalto todos os dias. Depois desses 6 meses voltamos para dentro da fazenda, fizemos os barracos novamente, pois quando fizemos os barracos na beira do asfalto deixamos os outros dentro da fazenda, mas foram outras pessoas dentro da fazenda e queimaram todos os barracos. Fizemos todos os barracos bem pertinho um do outro, só que teve gente que fez o seu barraco mais afastado de nós e perto da água que servíamos para beber, essas pessoas tinham porcos que viviam dentro dessa água que servia a todos e até tomavam banho, depois de mais algum tempo separamos os barracos e agora está cada um no seu pedaço de terra, agora a fazenda está em

processo de divisão, só que ainda não veio o dinheiro pra fazer casa, nem pra arrumar energia elétrica, só veio dinheiro do crédito fomento, não sei até quando iremos ficar assim, o meu maior sonho é ter uma casa bonita, com móveis bonitos, e meu maior sonho mesmo é ter um som bem grande, mas enquanto esse sonho não se realiza vou escutando meu radinho de pilha, morando na minha casinha simples e só espero que esta história tenha um final feliz.

(Uélida Moreira Fernandes, 16 anos. Serra do Salitre - MG).

Depois de um depoimento sensível como esse, os autores esperam que este livro tenha expressado com clareza uma orientação conceitual e prática do que é necessário e possível se fazer num processo de desenvolvimento em assentamentos. Esse desenvolvimento necessariamente visa à conquista de direitos e da cidadania de grupos sociais que viveram violentos processos de exclusão social. Para aqueles que se envolverem com as dificuldades e os impasses dos assentamentos, nas condições de assessores ou técnicos, a experiência relatada permite evidenciar que há muito mais exigências envolvidas no processo que a simples expectativa de uma ação assistencialista, paternalista ou meramente técnica. Trata-se de envolver-se com um projeto de reconstrução social do espaço e de vidas humanas, da vida dos assentados e da nossa própria vida, de saber lidar com momentos de conflitos e de participar, contribuindo com sua superação.

Referências Bibliográficas

D'AQUINO, T. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão, SP. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. Caxambu. **Anais...** Caxambu: [s.n.], 1996.

FAO. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**: resumo do relatório final do projeto UFT/BRA/036. 2. versão. Brasília: FAO: INCRA, 1995. 24 p.

FAO. **Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária**: versão resumida do relatório final do projeto BRA 87/022. Brasília: FAO: PNUD-MAARA, 1992. 24 p.

GLASS, V.; AMARAL, M.; SEVERIANO, M.; ARBEX JUNIOR, J.; MODESTO, L. S.; ALMEIDA, S. P.; NABUCO, W.; CARVALHO, M.; SOUZA, S. Terra de todos. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 39, p. 31, jun. 2000. Entrevista.

GONÇALO, J. E. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Plano, 2001. 135 p.

STÉDILE, J. P. Terra de todos. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 39, p. 31-37, jun. 2000. Entrevista.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 385 p.

VALVERDE, S. R. **A contribuição do setor florestal para o desenvolvimento socioeconômico**: uma aplicação de modelos de equilíbrios multissetoriais. 2000. 211 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

WEBER, M. **Política como vocação**. Brasília: UnB, 2003. 110 p.

Embrapa

Cerrados

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

ISBN 978-85-7075-048-8

CGPE: 6309